

Organon

Aristóteles

O ORGANON

O *Organon* é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no silogismo, que funciona qual aritmética de matemática pura, ainda hoje a humanidade não dispõe de outro método que não seja a lógica fundamentada no sistema analítico e crítico de Aristóteles.

A presente tradução visa preencher uma grave lacuna da literatura portuguesa na na área das ciências filosóficas, porquanto, apesar de ser considerado mestre primeiro da nossa tradição escolástica, o *Organon* só agora fica, na íntegra, ao alcance de todos os leitores.

ORGANON

PAGNA SANT'AGOSTINO

LIVROS, DISCOS, CD'S
E REVISTAS USADAS
COMPRA/VENDA/TROCA

Rua Fernandes Tourinho, 15
21-8490 - B. Horizonte - MG
CEP 30112-000

ORGANON

Primeiro Volume

- I. CATEGORIAS
- II. PERIÉRMENEIAS

Segundo Volume

- III. ANALÍTICOS ANTERIORES

Terceiro Volume

- IV. ANALÍTICOS POSTERIORES

Quarto Volume

- V. TÓPICOS

Quinto Volume

- VI. ELENCOS SOFÍSTICOS

ARISTÓTELES

ORGANON

I

Categorias

II

Perírmeneias

Tradução, Prefácio e Notas

de

PINHARANDA GOMES

LISBOA

GUIMARÃES EDITORES, LDA.

1985

Autor: ARISTÓTELES

Título: ORGANON (ΟΡΓΑΝΟΝ)

I. *Categorias*

II. *Períermeneias*

Tradução: *Pinharanda Gomes*

1.^a edição: 1985

E R R A T A

Por lamentável erro na fase final da paginação e introdução de tipo móvel em caracteres gregos, surgiram as gralhas abaixo detectadas, de que pedimos desculpa ao leitor.

Pág.	Linha	Leia-se
10	17	έπιστήμη
13	13	πρότεδα
13	27	αποδεικτική
13	29	Τὰ τοπικά
111	Nota 2	ζῷον
111	Nota 7	ὑποχείμενον
112	Nota 12	γένος
112	Nota 24	πρωτηνοσία
114	Nota 42	Ποσὸν
118	Nota 87	ἄμα
171	Nota 29 (l. 2)	καθεκαστον (particular)

P R E F Á C I O

O ORGANON

O sistema de livros que a tradição liceal formulou com os escritos lógicos de Aristóteles e discípulos, destinado à escola peripatética, intitula-se Organon, Ὄγανον, que se traduz por órgão, instrumento. Órgão é elemento de aparelho, e nesta acepção Aristóteles inventou o nome: elemento do aparelho analítico, a Analítica, que a escolástica latina baptizou com o nome de Lógica. O aparelho inclui, além da Analítica, a Gramática e a Retórica, mas os fundamentos do trívio constam deste compêndio do pensamento rigoroso e não paralogista dos livros orgânicos, fonte da lógica formal, a pontos de o próprio Aristóteles reconhecer que, antes dele, nada havia a citar, apesar da penosidade que sofreu em busca de eventuais fontes anteriores, de onde o seu exercício analítico e retórico constituir o primeiro na escola grega e, por efeito, nas demais escolas.

Organizador da lógica dedutiva, baseada no instrumento racional do silogismo, que funciona qual operação aritmética de matemática pura, ainda hoje

a humanidade não dispõe de outra lógica dedutiva que não seja a de Aristóteles. Bacon, no Novum Organon, ensaiou uma lógica indutiva, mas não conseguiu, nem alterar as regras universais da lógica dedutiva, nem demonstrar erro nas teses de Aristóteles quanto à indução, que minorava, por achar que, nos acidentes, não há forma de progredir senão pela análise de acidente a acidente, sem hipótese de universalização de uma série, classe ou conjunto de acidentes. As tentativas francesas devidas, no século XVIII, a autores quais Destutt de Tracy, ficaram na mesma, e nada alteraram à regra do silogismo preconizada e construída por Aristóteles.

No Organon, o substantivo lógica está ausente. O uso da dedução racional é uma analítica, que melhor se exprime na forma verbal usada por Aristóteles, a épistémê, επιστήμη. O substantivo λογική, lógica, é uma forma adjectivada, refere o próprio do logos, o discurso lógico, mas é forma tardia, mais devida ao eclectismo alexandrino e romano do que ao magistério liceal.

O Organon é o conjunto de seis livros sobre a arte de filosofar, a propedêutica a toda a arte de filosofar. Não é a filosofia propriamente dita, é a arte de exercitar a filosofia, como o adro que está antes do santuário.

O primeiro livro intitula-se Categorias, Κατηγορίαι e tem por tema o estudo dos dez géneros do ser, ou, como dizia Álvaro Ribeiro (achando que esta

PREFACIO

Agradável
ao seu vi
11

definição é um barbarismo), as dez classes de predicados. O livro Δ da Metafísica é mais elaborado do que o sumário constante das Categorias, mas este livro é o primeiro dos escritos acróamáticos de Aristóteles. Divide-se ele em duas partes distintas: do capítulo 1 ao capítulo 9, pela tradição posterior chamada Predicamenta, ou Predicamentos, de clara autoria aristotélica, e do capítulo 10 ao capítulo 15, chamada parte dos capítulos peripatéticos, atribuída a Teofrasto ou a Eudemo, discípulos de Aristóteles e reitores do Liceu, pelos latinos chamada de Post-prædicamenta, ou Pós-predicamentos. Sem o domínio absoluto das categorias, o discípulo está impotente para progredir na interpretação, na análise, nos tópicos e nos argumentos. A tradução do título deste livro não oferece dúvidas, dado o nome grego se ter generalizado às demais línguas, apesar das nominações que os latinos posteriores a Boécio lhe deram.

O segundo livro intitula-se Περὶ ἐρμηνειῶν, Períermeneias, e entrou na escolástica latina como o De Interpretatione, por vezes como o De Enuntiatone, como se traduzia da Isagoge de Porfirio, embora o nome grego indique algo de diverso. Preparatório dos livros sobre os analíticos, escrito decerto por Aristóteles em resposta a Eubólido de Mégara, sobre os futuros contingentes (matéria de fundo dos livros) e as consequências modais, é um escrito pouco cuidado, ainda que fundamentalmente hermenêu-

tico. O substantivo *latino interpretatione* tem origem na feira, no negócio, na discussão dos preços ou do preço, *pretium*, face ao qual os interlocutores assumem posições diversas, de onde o *interpretum*, a *interpretatione*, a interpretação. Sem minorar a posterior e filosófica dignidade do verbo e do substantivo (aliás, o verbo especular é *comum à filosofia e ao comércio*), temos que o verbo *ερμηνεύω*, ermenéuu, e o substantivo *ερμηνεία*, érmeneía, aparecem desvinculados de ligação às coisas, e vinculados às palavras e às enunciações, significando a arte de analisar as locuções, proposições e juízos. Achámos, por isso, mais adequado recuperar o substantivo matinal grego, até por sua forma analógica com o título do primeiro livro, e preferir o nome *Periérmeneias*, sem sacrifício da proposição *peri que*, no português, pode verter-se por um simples do, da, pouco significativos.

O terceiro livro chama-se *Tὰ πρέτεδα αναλυτικά* tá próteda analutiká, versando a teoria do silogismo. Divide-se em duas partes: o livro I, sobre a teoria do silogismo, e o livro II, sobre as propriedades do silogismo, as falsas conclusões e os raciocínios próximos dos silogismos. Porfírio nomeou o livro de modo a que os latinos traduziram por *Resolutionum Priorum, Analíticos priores ou anteriores, forma patente em nomes tardios como o conimbricense Priorum Analyticorum*.

O quarto livro intiula-se *Tὰ ἵστερα αναλυτικά*

tá ústera analutiká, e, a partir de Porfírio, a latini-dade verteu para Resolutionum Posteriorum, isto é, resoluções posteriores ou ulteriores. Confundindo o ordinal da sequência com o categórico de lugar/tempo, os modernos preferiram traduzir os títulos por Primeiros Analíticos e Segundos Analíticos, mas, com efeito, se todo o primeiro é anterior, nem todo o anterior é primeiro e, se segundo é posterior, nem todo o posterior é segundo. Para que o ordinal ou adjectivo primeiro fosse aceitável, necessário seria que o livro segundo dos Analíticos se nominasse δεύτερος, deúteros, segundo, o que não acontece. O adjectivo que vem no terceiro livro, πρότερα, próteda, significa que está antes, não que seja primeiro, em jogo análogo ao que se supõe na relação dos livros da Física e dos que vêm depois deles, os da Metafísica. Sendo assim, não hesitámos em adoptar os títulos conimbricenses, por justos: Analíticos Anteriores e Analíticos Posteriores.

À semelhança do Analíticos Anteriores, também o Analíticos Posteriores contém dois livros: o primeiro, acerca da demonstração, visando unicamente as condições formais, e o segundo, onde se expõe a teoria da definição e da causa. Por isso, na tradição peripatética, estes dois livros foram sujeitos aos títulos englobantes de *Tὰ αποδεικτικά*, tà àpodeiktiká, e de *απογεικτκὴ πρᾶγματεια*, àpodeiktkē pragmateía.

O quinto livro orgânico intitula-se *Tὰ τοπικά*, tà

topicá, e entrou na latinidade como o *De Locis, ou Topicorum, Dos Lugares*, uma vez que o texto analisa e expõe a doutrina acerca da dialéctica, com uma colecção de tópoi, τόποι, ou lugares comuns. Acerca da tradução deste título, dada a adopção geral do substantivo grego tópico, nada mais temos a acrescentar. O livro tem oito partes: introdução à dialéctica, lugares comuns do acidente, sequências dos lugares comuns do acidente, lugares comuns sobre o género, lugares comuns sobre o próprio, lugares comuns sobre a definição, lugares comuns sobre a identidade, e sobre a prática dialéctica.

O sexto e último livro intitula-se Περὶ τῶν σοφιστικῶν ἐλέγχων perí tón sofistikón élénkón, e constitui um apêndice ao livro dos Tópicos. O título foi vertido para *De Sophisticis Redargutionibus, ou Elenchis*, mas a escolástica conimbricense preferiu o nome *Elenchorum*, apesar de ser lícito traduzir élénkon por refutações. O respeito pelo substantivo grego, e a sua existência no léxico português, embora em adulterada acepção, levam-nos a preferir o substantivo *Elenco* para titular a tradução.

A TRADUÇÃO

A presente tradução foi elaborada com base em três edições: a Aristotelis Opera Omnia (Paris, 1848) do editor Ambrósio Firmino, que apresenta o texto grego e o texto latino, a par; a tradução francesa

introdução

de J. Tricot (Paris, 1969), à qual recorremos com frequência para fixar a topografia do texto, segundo a edição (preferida) de E. Bekker, de Berlim, 1831; e a tradução castelhana das Obras de Aristóteles (Madrid, 1967), de P. Samaranch Kirner.

No esclarecimento de algumas dificuldades e na fixação nomenclatural, socorremo-nos de Pedro da Fonseca, S. J., conimbricense, de quem consultámos com frequência a Isagoge Filosófica (Coimbra, 1965) e Instituições Dialecticas (Coimbra, 1964) nas traduções de Joaquim Ferreira Gomes. Sempre que achámos adequado remetemos o leitor, em nota, para aquelas obras do mestre conimbricense.

Com referência ao Categorias, também nos servimos da tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira, cuja reedição em tempo preparamos.

Junto aos títulos portugueses mencionamos os títulos gregos e latinos, e, quanto aos capítulos, mantemos a numeração moderna que foi introduzida nos livros de Aristóteles pelos sucessivos tradutores do Ocidente.

A tradução portuguesa do Organon deverá apresentar-se ao público em cinco volumes, assim: 1." — Categorias. Perírmeneias. 2." — Analíticos Anteriores. 3." — Analíticos Posteriores. 4." — Tópicos. 5." — Elencos Sofísticos. O tradutor e o editor tudo farão para que os cinco volumes apareçam com certa regularidade nos próximos tempos.

No início deste primeiro volume introduzimos

*a biografia de Aristóteles segundo o historiador Diógenes Laércio, por a considerarmos típica da historiografia clássica. Lembremos que a introdução ao *Curso Conimbricense*, publicada em 1592, também preferiu, para apresentação de Aristóteles, o texto de Laércio.*

Considerando embora as muitas imperfeições do nosso trabalho, desejamos que o renovado estudo da arte de pensar contribua para a saúde do universal juízo.

PINHARANDA GOMES

A VIDA DE ARISTÓTELES

Segundo

Diógenes Laércio



Aristóteles¹, filho de Nicómaco e de Féstias, era oriundo de Estagira. Seu pai, Nicómaco, era filho de um outro Nicómaco, por sua vez filho de Macaon e descendente de Esculápio (cf. Hermipo, *Livro sobre Aristóteles*). Este Nicómaco era da estima de Amintas, rei da Macedónia, junto do qual viveu, por causa dos conhecimentos que possuía em medicina. Aristóteles foi o mais notável dos discípulos de Platão. Era um pouco tartamudo (cf. Timóteo de Atenas, *Vidas*). De pernas muito delgadas, segundo consta, tinha os olhos pequenos, gostava de vestir com sumptuosidade e rapava a barba. Teve um filho, Nicómaco, de sua mulher Herpília (cf. Timóteo). Abandonou Platão, sendo este ainda vivo, o que levou Platão a afirmar que Aristóteles o espezinhara como um potro, que dá uma parelha de coices na mãe. Quando Aristóteles se deslocou junto de Filipe na qualidade de embaixador de Atenas, Xenócrates assumiu a direcção da Academia (cf. Hermipo, *Vida de Aristóteles*). Ao

regressar, Aristóteles, vendo o seu lugar ocupado procurou no Liceu² um lugar para passear e para filosofar com os discípulos enquanto passeavam. De onde a sua escola haver recebido o nome de peripatética³, enquanto outros pretendem ver a origem deste nome no facto de ele passear enquanto conversava com Alexandre, que convalescia de uma doença. Logo que começou a ter um maior número de ouvintes, passou a ensinar sentado, e dizia:

*Seria indecente se me calasse e deixasse falar
Xenócrates.*

Exercitava os discípulos na discussão de uma proposta questão, e além disso também lhes ensinava retórica.

Mais tarde foi visitar o eunuco Hermias, tirano de Atarneia. Pretende-se que Hermias era seu favorito, mas há quem afirme que ele se tornou seu parente por ter desposado sua filha ou sua sobrinha (cf. Demétrio de Magnésia, *Livro dos Poetas e Escritores Homónimos*). Demétrio também declara que este Hermias foi escravo de Eubulo, oriundo da Bitínia, e assassino do seu senhor. Por outro lado, Aristipo, no primeiro livro dos *Prazeres dos Antigos*, afirma que Aristóteles se enamorou da concubina de Hermias, e que com a permissão deste casou com ela, tornando-se tão feliz, que chegou a oferecer-lhe sacrifícios ao modo como faziam

os Atenienses a Deméter de Elêusis, e que escreveu para Hermias um hino, que adiante transcreverei.

A seguir, Aristóteles viajou para a Macedónia, para a corte de Filipe, que lhe entregou o preceptorado de seu filho Alexandre¹. Solicitou deste príncipe relevasse a sua pátria destruída por Filipe, e logrou a causa. Elaborou leis para os seus compatriotas. À imitação de Xenócrates, deu também um regulamento à sua escola, decidindo que um chefe escolar seria nomeado de dez em dez dias. Logo que achou já ter passado muito tempo junto de Alexandre, Aristóteles regressou a Atenas, depois de haver recomendado o seu familiar Calísteno de Olinto ao príncipe. Acerca desta personagem, diz-se que Aristóteles o censurou por usar perante o monarca de uma grande liberdade de linguagem, e que, em vista de Calísteno não aceitar o seu conselho, o repreendeu nos seguintes termos:

Depressa morrerás, meu filho, se falares como falas.

O que deveras aconteceu. Foi acusado de participação na conjura de Hermolau contra Alexandre, encerrado numa gaiola de ferro, abandonado aos bichos e, por fim, lançado aos leões que limparam os restos.

Nessa altura Aristóteles voltou a Atenas, dirigiu a escola durante treze anos, e depois saiu em

segredo para Calcis, dado ter sido acusado de impiedade pelo hierofante Eurimédon ou por Demófilo (cf. Pavorino, *Miscelâncias Históricas*), por causa de um hino que Aristóteles compusera acerca de Hermias, e por causa de um epígrama que escrevera acerca de uma estátua de Delfos, e que dizia:

*Esse homem aí, com impiedade e violação da
[justiça divina,
Foi morto pelo rei dos Persas que trazem o arco;
Não foi vencido lealmente à lança num combate
[mortal,
Mas por um golpe pérfido e à má fé.*

Morreu nesta região, ao que consta, depois de haver bebido cicuta (cf. Eumélos, *Histórias*, livro V) com a idade de setenta anos. O mesmo autor afirma que foi discípulo de Platão na idade de trinta anos, no que se engana, pois que de facto foi discípulo de Platão desde a idade de dezassete anos, tendo vivido sessenta e três anos. Quanto ao hino mencionado, ei-lo:

*Virtude de aquisição tão difícil,
A mais bela caça que um homem pode cobiçar,
Tu és bela, ó jovem,
E é uma graça invejada na Grécia morrer por ti,
E sofrer sem ceder os males maiores,
Tanto tu pões nas almas*

*Um fruto imortal superior ao oiro,
Aos pais e ao suave repouso.
Foi por ti que Hércules e o filho de Leda
Suportaram tantos sofrimentos
Foi por te desejar que Aquiles
E Ajax às moradas do Hades,
Vieram, e foi ainda por amor
Pela tua beleza que um ateniense perdeu a vida,
Sendo por isso que é ilustre
E será imortalizado pelas Musas,
Filhas de Mnemosina,
Que exaltam a raça, a amizade, a glória do po-
[deroso Zeus hospitaleiro.*

Acerca de Aristóteles escrevi o seguinte poema:

*Aristóteles foi um dia acusado de impiedade
Por Eurimédon, sacerdote de Deméter, deusa
[dos mistérios.
Bebendo a cicuta, escapou: foi o modo
De se livrar de injustas calúnias com uma exígua
[pena⁵.*

Favorino (*Miscelâncias Históricas*) diz que Aristóteles fez o seu primeiro discurso forense em auto-defesa durante o processo de impiedade que lhe moveram, e que declarou aos Atenienses:

A pêra cresce na pereira e o figo na figueira.

Apolodoro também escreve nas *Crónicas* que Aristóteles nasceu no ano primeiro da nonagésima nona Olimpíada, que se encontrou com Platão aos dezassete anos e que viveu com ele durante vinte anos, que regressou a Mitilene durante o arcontado de Eubulo, no quarto ano da centésima oitava Olimpíada, que, falecido Platão no ano primeiro desta mesma Olimpíada, sob o arcontado de Teófilo, Aristóteles foi ao encontro de Hermias, em casa de quem viveu três anos, que no arcontado de Pítodoto, passou à casa de Filipe, no décimo segundo ano da centésima nova Olimpíada, e que se manteve durante treze anos como mestre escola no Liceu, que depois foi para Calcis, no terceiro ano de centésima décima quarta Olimpíada, e que morreu de doença por volta dos sessenta e três anos de idade, ao mesmo tempo que Demóstenes morria em Caláuria, no arcontado de Pítocles.

Também se diz que, por causa da conjura de Calísteno contra Alexandre, descontentou este monarca, que, para o castigar, cumulou de honras a Anaxímenes, e enviou presentes a Xenócrates. Teócrito de Quios ridicularizou-o em um epígrama (cf. Ambrion, *Livro sobre Teócrito*):

*Do eunuco Hermias, escravo de Eubulo,
Aristóteles o espírito vazio elevou a vazio tú-
[mulo
(Como era um feixe de palha, escolheu para
[morar,
Em vez da Academia, a embocadura do atoleiro).*

Timão, naturalmente, também o ataca:

*Nem a futilidade nem a estupidez de Aris-
tóteles.*

Eis portanto que vida foi a deste filósofo. Tive a sorte de ler o seu testamento, cujo teor transcrevo:

«Tudo se passará em bem, mas se acontecer alguma fatalidade, aqui ficam as últimas vontades de Aristóteles. Antipater será em tudo o meu testamenteiro. Até à maioridade de Nicanor, Aristómeno, Timarco, Hiparco, Dióteles, Teofrasto, caso aceitem esta responsabilidade, serão tutores e curadores dos meus filhos, de Herpília e de todos os meus haveres. Logo que minha filha tiver a idade necessária, que seja dada por esposa a Nicanor; se algum mal acontecer a minha filha — praza aos deuses que não — antes ou depois de casar, antes de ter filhos, Nicanor será senhor de decidir sobre o meu filho e sobre os meus bens, conforme lhe pa-

rever digno dele e de mim. Nicanor tomará minha filha e meu filho Nicómaco a seu cuidado, e zelará para que nada lhes falte, sendo para eles como um pai e um irmão. Se algo acontecer antes a Nicanor — longe vá o agoiro — seja antes ou depois de casar com minha filha, antes de ter filhos, todas as suas decisões serão executórias, e se inclusivamente desejar que Teofrasto viva com minha filha, que tudo seja como para Nicanor. Caso contrário, os tutores decidirão com Antípater sobre minha filha e sobre meu filho, conforme lhes parecer melhor. Os tutores e Nicanor terão ainda em conta as relações havidas entre mim e Herpília, e como ela me foi leal, e caso ela deseje arranjar marido, zelarão para que não seja dada a um homem indigno de mim.

Dar-se-lhe-á, além do que já lhe dei, um talento de prata tirado da minha herança, três escravos se os quiser, a escravazinha que ela já possuía, e o pequeno Pirraio, e se desejar viver em Calcis, ser-lhe-á dada a casa que há no jardim; se preferir Estagira, ficará com a casa de meus pais. De qualquer modo, os tutores mobilarão a casa conforme lhes parecer melhor, e mais agradar a Herpília. Nicanor cuidará também de reconduzir convenientemente a casa de seus pais o meu benjamim Mirmex, com todos os dons que dele recebi. Ambracis será liberto, e dar-se-lhe-á, quando minha filha casar, quinhentos dracmas e bem assim a menina que ela tem

por serva. A Tales dar-se-á, além da menina que comprou, mil dracmas e uma escravazinha. A Simão, além do dinheiro que já lhe dei para comprar um escravo, comprar-se-lhe-á outro escravo, e entregar-se-lhe-á mais dinheiro. Tícon será libertado no dia do casamento de minha filha, e com ele Fílon e Olímpio e o seu protegido. Não será vendido nenhum dos rapazes que se achavam a meu serviço, proíbo-o, mas guardar-se-ão, e quando tiverem idade serão libertados em sinal de recompensa. Cuidar-se-á também das estátuas que encomendei a Grilion, e uma vez feitas, serão consagradas. Estas estátuas são as de Nicanor, de Próxeno, que tinha a intenção de mandar fazer, e a da mãe de Nicanor. A de Arimnesto, que já está pronta, será consagrada para que a sua memória não se perca, pois que morreu sem filhos. A imagem de minha mãe será colocada no templo de Deméter em Nemeia, ou noutro local que se preferir. De qualquer modo, no local onde o seu túmulo for erguido, devem ser depositadas as suas ossadas, como era seu desejo. Enfim Nicanor, em memória da sua salvação, consagrará, segundo o voto que em seu nome fiz, as estátuas de pedra de quatro côvados a Zeus salvador e a Ateneia salvatriz em Estagira.»

Este era o teor do seu testamento.

Também se diz que se acharam em sua casa numerosos vasos de cobre, e Lícon afirma que se ungia numa banheira cheia de azeite quente e que

a seguir vendia o azeite. Há quem acrescente que punha sobre o peito um pequeno vaso também cheio de azeite quente e que, antes de dormir, pegava numa bola de bronze e punha-a sobre uma bacia, para que a bola, ao cair na bacia, fizesse um ruído que o acordasse. São-lhe atribuídas muitas e belas sentenças, como as seguintes:

Foi-lhe perguntado o que se ganhava em mentir: «Não merecer crédito quando se diz a verdade». Reprovava-se-lhe o facto de ter dó de um malandro. Respondeu que cuidava do homem e não dos seus hábitos. Gostava de dizer com frequência aos amigos e aos discípulos, sempre que os encontrava, que a vista tira a luz do ar ambiente, e a alma da sabedoria. Indignava-se muitas vezes contra os Atenienses, e dizia: «Inventaram o trigo e as leis, mas enquanto utilizam o trigo esquecem as leis». «A educação — afirmava — tem raízes amargas, mas frutos bem doces». Foi-lhe perguntado: «— O que envelhece depressa?» — «A gratidão». — «Que é a esperança?» — «O sonho de um homem acordado». Um dia, Diógenes ofereceu-lhe uns figos secos, com a intenção, se Aristóteles os recusasse, de o sujeitar a ridículo. Mas Aristóteles aceitou-os de boa mente, e disse a Diógenes que tinha perdido de uma só vez os figos e a graça. Diógenes voltou a oferecer-lhe figos. Aristóteles pegou no figo, ergueu-o no ar, e exclamou como as crianças: «Diógenes é grande», e devolveu-lhe o figo. Afirmava haver

três coisas necessárias à educação: um bom temperamento, um bom ensino, e trabalho. Sabendo que alguém o injuriara, respondeu: «— Pode bater-me como quiser, desde que eu esteja ausente». Defendia que a beleza era um apoio preferível a todas as cartas de recomendação. Vários autores afirmam no entanto que este dito pertence a Diógenes, que Aristóteles tinha a beleza como um dom divino, enquanto Sócrates a concebia como um tirano de pouca dura, Platão um dom da natureza, Teofrasto uma ilusão muda, Teócrito um mal de marfim, e Carnéades uma realeza sem guarda armada. Perguntava-se-lhe: — «— Qual a diferença entre os sábios e os ignorantes?» — «A que há entre os vivos e os mortos». «A sabedoria — declarava — serve de ornamento na graça, e de consolação na desgraça». «Os pais que ensinam os filhos são mais dignos de estima do que os que se contentam em lhes dar a vida, pois estes dão apenas o meio de viver e, os primeiros, o meio de bem viver». Um homem gabava-se na sua presença de ser natural de uma importante cidade: «O que importa não é isso, mas se somos dignos de ser naturais de uma cidade importante». Perguntaram-lhe: «— Que é um amigo?» — «Uma só alma em dois corpos». Dizia que entre os homens havia os que eram ecónomos, como se tivessem de viver sempre, e os que eram pródigos, como se fossem morrer daí a uma hora. Alguém queria saber o motivo porque se procura

mais o convívio dos belos. «— É uma questão — respondia — de cego». Perguntavam-lhe: «— Que benefício tira da filosofia? «— O de fazer sem constrangimento e de livre vontade o que outros fazem por temor da lei». «— Quando se consegue que os alunos progridam?» — «Quando os mais adiantados não esperam pelos outros». A um fala barato que lhe perguntava, depois de lhe ter massacrado a cabeça, se o não tinha incomodado, respondeu: «— De modo nenhum, porque não estive a escutá-lo». Alguém o censurou por ter dado uma esmola a um vadio; respondeu (o episódio também é relatado nesta versão): «Não dei ao indivíduo, mas ao homem». Interrogaram-no sobre o comportamento a ter com os amigos: «— Como gostaríamos que se comportassem connosco». Definia a justiça como uma virtude da alma, que leva a dar a cada um segundo o mérito. Dizia que o estudo era o melhor viático para chegar à velhice. Favorino também diz (*Memórias*, Livro II) que gostava de exclamar: «Ó meus amigos, não há amigo». E de facto podemos ler este dito no sétimo livro da *Ética*.

Aristóteles escreveu muitos livros, cuja lista achei por bem elaborar, dada a excelência deste homem em todos os géneros literários. São eles:

Da Justiça (quatro livros), *Dos Poetas* (três), *Da Filosofia* (três), *Da Política* (dois), *Grilos ou da Retórica*, *Nerinto*, *O Sofista*, *Menéxéno*, *Do Amor*,

O Banquete, Da Riqueza, O Protréptico, Da Alma, Da Oração, Da Aristocracia, Do Prazer, Alexandre ou dos Colonos, Da Realeza, Da Educação, Do Bem (três), *As Leis de Platão* (três), *Da Constituição* (dois), *Económica*, *Da Amizade*, *Da Paixão*, *Da Sabedoria*, *Da Polémica*, *Soluções dos temas de Polémica* (quatro), *Divisões Sofísticas* (quatro), *Dos Contrários*, *Das Ideias e dos Géneros*, *Do Particular*, *Memórias de Argumentação* (três), *Proposições sobre a Virtude* (três), *Objecções*, *Do que se diz de vários modos*, ou *Da Prótese*, *Da Ira*, *Ética* (cinco), *Dos Elementos* (três), *Da Sabedoria*, *Do Princípio*, *Divisões* (dezassete livros), *Dos Divisíveis*, *Da Pergunta e da Resposta* (dois), *Do Movimento* (dois), *Proposições*, *Proposições Contenciosas* (quatro), *Silogismos*, *Analíticos Anteriores* (oito), *Analíticos Posteriores* (dois), *Dos Temas de Controvérsia*, *Do Método* (oito), *Do Melhor*, *Da Ideia*, *Definições anteriores aos Tópicos* (sete), *Silogismos* (dois), *Silogística e Definições*, *Do Elegível e do Acidente*, *Do que está antes dos Tópicos*, *Tópicos anteriores às Definições* (dois), *Das Paixões*, *Dos Divisíveis*, *A Matemática*, *Definições* (treze), *Da Argumentação* (dois), *Do Prazer*, *Proposições*, *Do Voluntário*, *Do Belo* (vinte e cinco argumentos), *Proposições sobre o Amor* (quatro), *Da Amizade* (dois), *Da Alma*, *Questões políticas*, (duas), leituras políticas como as de Teofrasto (oito), *Dos Justos* (dois), *Compêndio das Artes* (dois), *Da Retórica*

(dois), *A Arte*, uma outra *Arte* (dois), *Tratado do Método*, *Introdução à Arte de Teodecta*, *Trabalhos de Poética* (dois), *Reflexões sobre a Retórica*, *Da Grandeza*, *Divisão das Reflexões*, *Da Dicção* (dois), *Do Conselho*, *Da Conclusão* (dois), *Da Natureza* (três), *Física*, *Filosofia de Arquitas* (três), *Da Filosofia de Espeusipo e de Xenócrates*, *Extractos do Timeu e de Arquitas*, *Contra Melisso*, *Contra Alcmeón*, *Contra Pitágoras*, *Contra Górgias*, *Contra Zenão*, *Da Doutrina Pitagórica*, *Dos Seres Vivos* (nove), *Das Dissecções*, *Dos Animais Complexos*, *Dos Animais da Fábula*, *Das Plantas* (dois), *Fisionómica*, *Arte da Medicina* (dois), *Da Mónada*, *Dos Sinais das Tempestades*, *Astronomia*, *Óptica* (do movimento), *Da Música*, *Da Memória*, *Das Ambiguidades Homéricas* (seis), *Poética*, *Dos Naturais relativos aos Elementos* (trinta e oito), *Novas Reflexões* (dois), *Das Artes Liberais* (dois), *Mecânica*, *Reflexões extraídas de Demócrito* (dois), *Da Pedra*, *Parábolas*, *Miscelâncias* (doze), *Exposições segundo os Géneros* (catorze), *Juízos*, *Olímpionicas*, *Música Pitónica*, *Pítica*, *Argumento dos Jogos Píticos*, *Vitórias Dionisiacas*, *Das Tragédias*, *Didascálias*, *Provérbios*, *Da Força da Lei*, *Das Leis* (quatro), *Categorias*, *Da Interpretação*, *Das Constituições das Cidades* (cento e cinquenta e oito), e sobretudo *Das Constituições Democráticas*, *Oligárquicas*, *Aristocráticas e Tirânicas*, *Cartas a Filipe*, *Cartas dos Selembrianos*, quatro *Cartas a Alexandre*, nove a *Anti-*

pater, uma a Mentor, uma a Aríston, uma a Olímpia, uma a Hepéstion, uma a Temistágoras, uma a Filóxeno, uma a Demócrito, e uns versos que começam assim:

*Deus puro, tu o mais antigo, que difundes teus
[impulsos,*

uma elegia que começa «Filha de mãe muito bela», no total de quarenta e quatro mil linhas mais cinco mil duzentas e setenta.

Foi isto exactamente tudo quanto este homem escreveu. Todo este conjunto é divisível em dois géneros de filosofia: uma filosofia prática e uma filosofia teórica. A filosofia prática compreende a Ética e a Política, em que se trata do que concerne às cidades e aos lares; a teórica compreende a física e a lógica, não sendo esta última uma disciplina aparte, mas o exacto meio de compreender todas as outras.

Atribui a esta arte duas finalidades, que são a de distinguir com clareza a diferença entre o verosímil e o verdadeiro. Para esclarecer cada um dos aspectos serviu-se de dois métodos, a dialéctica e a retórica para o verosímil, a analítica e a filosofia para o verdadeiro, nada esquecendo do que pudesse servir, já à invenção, já ao juízo, já à utilidade. Com efeito, para a invenção, forneceu os tópicos e o método como se fossem multidão de proposições se-

gundo as quais se pudessem achar argumentos prováveis para as questões arguidas; para o juízo, ofereceu os juízos analíticos anteriores e posteriores. Pelos primeiros podemos avaliar o valor das premissas, e pelos segundos, provam-se as conclusões. Enfim, para a simples utilidade, ofereceu os discursos agonísticos, as discussões sobre as questões propostas, e os elencos sofísticos, os silogismos, etc. Postulou como critério da verdade a noção dos actos resultante da imaginação, e quanto à ética definiu-a como o sentido dos problemas relativos à cidade, à família, e às leis.

Em princípio postulou que não havia senão um fim, a prática da virtude em uma vida perfeita, tendo afirmado que a felicidade resultava da junção de três bens: os da alma, que são os mais dignos de estima, os do corpo, a saúde, a força, a beleza, etc., os do mundo, a riqueza, a nobreza, a glória, etc.

Pensa que a virtude não basta para garantir a felicidade, pois se torna necessário juntar-lhe os bens do corpo e os bens do mundo, de modo que o sábio possa ser plenamente feliz, seja no sofrimento, seja na indigência, seja em qualquer outro mal análogo. Afirma, em contrapartida, que a maldade é suficiente para causar a infelicidade, ainda que dispusessemos de todos os possíveis bens corporais ou mundanais. Também sustenta que as virtudes não são relativas umas às outras, bem po-

dendo acontecer que um sábio e justo seja ao mesmo tempo imoderado e incontinente. O sábio não é um homem isento de paixões, mas um homem que tem paixões moderadas.

Define a amizade, como a mútua benevolência, explicando-a pelo parentesco, pelo amor, pela hospitalidade. Amar, é filosofar e viver simultaneamente. O sábio, como qualquer outra pessoa, pode amar, negociar, casar, frequentar a corte. Há três espécies de vidas, a vida contemplativa, a vida activa, e a vida afectiva. Pensa que as artes liberais têm alguma importância na aquisição da virtude.

Nos tratados de história natural, preocupa-se com as causas, a pontos de chegar a expor as das coisas menores. Por isso a explicação para a quantidade de escritos seus acerca da história natural.

Concebe Deus, como Platão, qual um ser incorpóreo, cujo espírito se estende aos corpos celestes, e que ignora o movimento. Os corpos terrestres parecem-lhe regidos pelas mesmas leis dos corpos celestes, e aos quatro elementos anexa um quinto, o éter, cujo movimento circular é diverso do movimento dos outros elementos. A alma é, também ela, incorpórea, sendo a primeira enteléquia. O corpo é natural, orgânico, e tem a vida em potência.

O que designa por enteléquia ou perfeição e cuja forma é imaterial, é de duas espécies. Há uma perfeição em potência, a do Hermes que se modelou

na cera e que é susceptível de todas as espécies de formas, ou a da estátua que sairá do bronze. Há uma outra em acto, como a de este Hermes, ou a desta estátua acabada. Atribui ao corpo os nomes de natural, por haver corpos que são obra do homem quais as obras dos artistas, torres e navios, e outros que nascem da natureza, como os dos animais e das plantas; e de orgânico, isto é, por ordenado e composto em vista de um fim, como a vista para ver e o ouvido para entender, e de terem vida em potência, isto é, em si mesmos.

O que ele designa por potência tem dupla acepção: a passiva, e a activa, por exemplo, em accão, quando se diz que o homem acordado tem uma alma; em repouso, quando se diz o mesmo de um homem que dorme.

Para que o corpo pudesse entrar nesta definição, ajuntou o conceito de potência. Demonstrou ainda muitas outras coisas acerca de múltiplas questões, que seria moroso enumerar. Com efeito, trabalhou em todos os temas, tendo sido de uma fertilidade de invenção admirável, como se verifica pela quantidade de escritos que enumerei atrás, cerca de quatrocentos, e que não são discutidos, dado haver quem lhe atribua muitas outras obras, ditos e sentenças, não conservadas por escrito.

Houve dez Aristóteles: o primeiro é o nosso filósofo; o segundo governou Atenas, sendo-lhe atribuídos agradáveis discursos forenses; o terceiro es-

creveu acerca da *Iliada*; o quarto é um orador sici-liota, autor de um escrito contra o *Panegírico* de Isócrates; o quinto, cognominado Mitos, era um amigo de Ésquino, o discípulo de Sócrates; o sexto era de Cirene, autor de uma arte poética; o sétimo era Pedótribo, de que Aristóxeno faz menção na sua *Vida de Platão*; o oitavo foi um obscuro gramático autor de um escrito sobre o pleonasmo.

Quanto ao filósofo de Estagira, teve muitos discípulos, de que o mais brilhante foi Teofrasto, do qual falaremos a seguir⁷.

(Diógenes Laércio, *Vida, Doutrina e Sentenças dos Filósofos Ilustres*, V, 1).

clases secretas
jóvenes, amigos
y vecinos;
sumo de
ellos de Curue,

que se
separan
de la
sociedad
y se
viven
solos.

N O T A S

¹ Nasceu em 384 e morreu em 322 a.C.

² Liceu ou Ginásio, perto do templo de *Apolo Lykéios*, em Atenas.

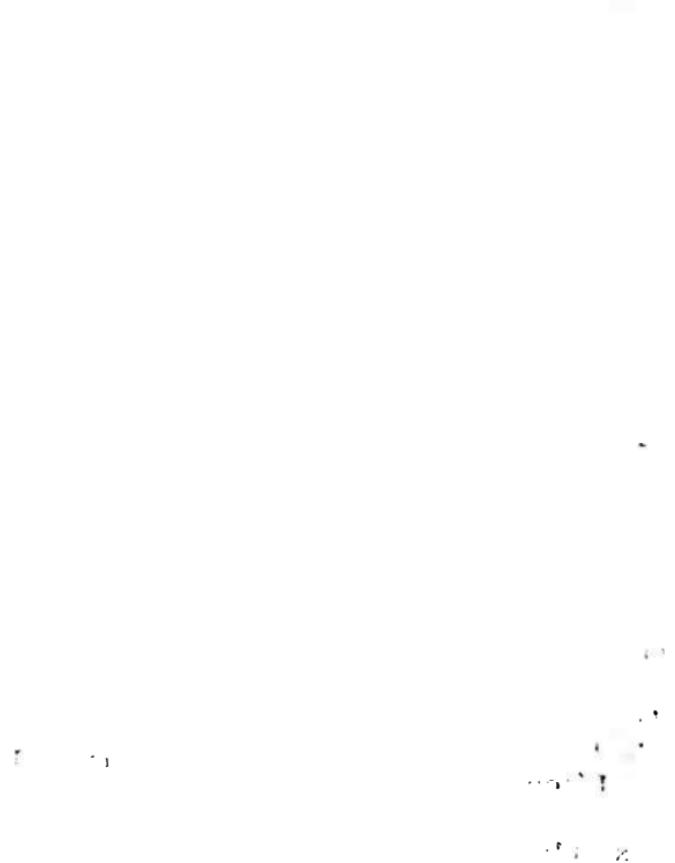
³ Do grego *περίπατον*, lugar de passeio.

⁴ Que, então, andava pela idade de treze anos. Aristóteles esteve junto dele entre 343-335.

⁵ O trocadilho é sensível em grego, pois cicuta diz-se *άχυντον* e exígua diz-se *άχυντι*.

⁶ Mestre do Ginásio, Palestra ou Liceu.

⁷ No Liceu sucederam a Aristóteles: Teofrasto, Estraton, Lícon de Troas e Aríston de Cós. Diógenes Laércio, ob. cit., livro V, traça as biografias de todos eles, excepto a de Aríston.



ORGANON

(Οργανόν)

I

CATEGORIAS

Κατηγορίαι, Categoriae

1

Chamam-se homónimos¹ os nomes que só têm de comum o nome, enquanto a noção da sua essência é distinta. Por exemplo, animal tanto é um homem como um homem em pintura²; ambas estas coisas têm de comum apenas o nome, enquanto a noção³ de essência designada pelo nome é diferente. Se nos pedirem para definirmos o que é ser animal no caso do homem e no caso da pintura, daremos, em cada caso, uma definição própria exclusiva a cada caso.

Chamam-se sinónimos⁴ quando simultaneamente têm o mesmo nome e esse nome significa comunidade de nome e identidade de essência. Assim, por exemplo, tanto um homem como um boi recebem o nome de animal. O nome é o mesmo em ambos os ca-

sos, e de igual modo é a mesma a definição, pois, se nos perguntarem o que se pretende significar em ambos os casos com esse nome, em que referimos a essência de animal, a definição a dar será a mesma.

Denominam-se parónimos⁵ os nomes que derivam de outros, por meio de flexão verbal⁶, como, por exemplo, de gramática deriva gramático, e de coragem, corajoso.

2

Podemos combinar ou não combinar entre si as palavras, expressões ou frases. Casos de combinação de palavras são, por exemplo, o homem corre, o homem vence; casos de palavras sem combinação são, por exemplo, homem, boi, corre, vence.

Porém, quando usamos palavras sem as combinar, podemos predicar algo de um sujeito⁷, ainda que não se achem presentes em nenhum sujeito, por exemplo: podemos predicar homem deste ou daquele homem, mas homem não se acha em nenhum sujeito. Outras estão em um sujeito, embora não possam ser predicadas de qualquer sujeito (por *em um sujeito*⁸ entendo o que, não se

achando em um sujeito como as partes se acham no todo, não pode contudo ser independentemente do sujeito em que é). Por exemplo, algum saber gramatical existe em um sujeito, a saber na mente⁹, mas não se pode dizer de nenhum sujeito; e uma certa brancura existe em um sujeito, por exemplo no corpo, pois toda a cor é em um corpo, mas não pode afirmar-se de qualquer sujeito. Há também outras coisas que se afirmam simultaneamente de um sujeito e em um sujeito, por exemplo: o saber é em um sujeito, a mente e, por outro lado, afirma-se também de um sujeito, a gramática. Há por fim outras que não são, nem em um sujeito, nem predicadas de qualquer sujeito, por exemplo, este homem, este cavalo, pois nenhuma destas coisas se acha em um sujeito, nem pode ser predicada a um sujeito¹⁰. Falando de um modo geral, nunca podemos predicar do sujeito aquilo que em sua natureza é individual e numericamente una, embora em alguns casos nada impeça a sua presença em um sujeito, pois que, por exemplo, um certo saber gramatical é em um sujeito, mas não é afirmável de nenhum sujeito¹¹.

Quando predicamos uma coisa de outra coisa, como de um sujeito, tudo o que se predica do predicado predica-se também do sujeito, por exemplo: homem é predicado de homem individual, mas, por outro lado, também predicamos o nome animal ao termo homem, por conseguinte, podemos pregar o nome animal ao termo homem, porque um homem é ambas as coisas, homem e animal.

Quando os géneros¹² são heterogéneos e não subordinados uns aos outros, as diferenças serão especificamente distintas. Tomemos, por exemplo, animal e sabedoria: ser pedestre e bípede, alado e aquático, são diferenças próprias do género animal, todavia nenhuma delas é diferença por sabedoria, pois um saber não se diferencia de outro saber por ser bípede. Em contrapartida, nos géneros subordinados uns aos outros, nada impede que haja as mesmas diferenças, pois os géneros superiores são predicados dos géneros inferiores, de modo que todas as diferenças de predicado serão também diferenças de sujeito.

4

As palavras sem combinação umas com as outras significam¹³ por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (a substância)¹⁴, o quanto (quantidade)¹⁵, o como (qualidade)¹⁶, com que se relaciona (relação)¹⁷, onde está (lugar)¹⁸, quando (tempo)¹⁹, como está (estado)²⁰, em que circunstância (habito)²¹, actividade (acção)²² e passividade (paixão)²³. Dizendo de modo elementar, são exemplos de substância, homem, cavalo; de quantidade, de dois côvados de largura, ou de três côvados de largura; de qualidade, branco, gramatical; de relação, dobro, metade, maior; de lugar, no Liceu, no Mercado; de tempo, ontem, o ano passado; de estado, deitado, sentado; de hábito, calçado, armado; de acção, corta, queima; de paixão, é cortado, é queimado.

Nenhum destes nomes em si mesmo e por si mesmo é afirmativo ou assertivo. As afirmações e as negações só se produzem quando eles são combinados entre si. Toda a asserção, afirmativa ou negativa, deve ser verdadeira ou falsa, enquanto as palavras não combinadas, por exemplo, homem, branco, corre, vence, não podem ser, nem verdadeiras, nem falsas.

Substância²⁴, na acepção mais fundamental, primeira e principal do termo, diz-se daquilo que nunca se predica de um sujeito, nem em um sujeito, por exemplo, este homem ou este cavalo. No entanto podemos falar de substâncias segundas²⁵, espécies em que se incluem as substâncias primeiras, e nas quais, se são géneros, ficam contidas as mesmas espécies. Por exemplo: o homem individual inclui-se na espécie²⁶ nominada homem, e, por sua vez, incluímos essa espécie no género chamado animal. Designamos portanto de segundas estas últimas substâncias, isto é, o homem e o animal, ou seja, a espécie e o género.

Do exposto deduz-se com evidência que o predicado deve ser afirmado já do sujeito, já do nome, já da definição, por exemplo, homem é predicado de um sujeito, ou seja, o homem individual; por um lado, o nome da espécie chamada homem predica-se afirmativamente de cada indivíduo; por outro, aplicamos a palavra homem a um homem, porque o homem individual é ao mesmo tempo homem e animal. De modo que, por

conseguinte, o nome e a noção de espécie são ambos categoria do sujeito. Quanto ao que está presente ou se acha em um sujeito, os seus nomes e definições não são predicáveis²⁷ do sujeito, pelo menos na maior parte dos casos. Noutros, contudo, nada impedirá que o nome seja predicado do sujeito, mas já o mesmo não se verifica para a definição, por exemplo: o nome branco é sem dúvida inerente a um sujeito, um corpo, porque o corpo é o que chamamos branco. Todavia, a definição de brancura jamais pode ser predicada de qualquer corpo.

Quanto ao mais²⁸, ou bem que se diz das substâncias primeiras, ou bem que se acha nelas como em seu sujeito. Tanto resulta manifesto nos exemplos particulares que se nos apresentam. Tomemos por exemplo o termo animal, que se predica²⁹ de homem. Animal é predicado de um homem determinado porque se o não fosse de nenhum homem determinado, não o seria também de homem em geral. Outro exemplo: a cor está no corpo, de modo que também está neste ou naquele corpo, pois se pudesse estar onde não estivesse qualquer corpo, a cor não estaria absolutamente no corpo em geral. De modo que todas as coisas, sejam elas quais forem, exceção feita às substâncias primei-

ras, ou são predicados das substâncias primeiras, ou então acham-se nelas na acepção de sujeitos. E não havendo estas substâncias primeiras, não haveria nenhuma das outras substâncias.

Entre as substâncias segundas, a espécie é mais substância do que o género, por estar mais próxima da substância primeira, enquanto o género se acha mais longe dela. Se alguém nos perguntar «o que é isto», indicando uma substância primeira, a resposta mais didáctica consistirá em mencionar a espécie em vez do género, por exemplo: todos os homens ou aquele homem determinado. Daremos uma resposta mais explicativa acerca dele se determinarmos a espécie, homem, do que se dissermos animal, porque o primeiro carácter é mais próprio ao homem individual, enquanto o segundo é mais geral ou mais longínquo. De igual modo, para tornar compreensível a natureza desta ou daquela árvore, a explicação será mais instrutiva se dissermos que é uma árvore, do que se dissermos que é um vegetal.

Além disso, as substâncias primeiras, pelo facto de serem subjacentes a todas as outras, as quais, por sua vez, ou serão predicados, ou estarão nelas como em seu sujeito, são, por isso, substâncias por excelência. E tal

como as substâncias primeiras estão em todas as outras, também de igual modo as espécies o estão quanto aos géneros. A relação da espécie com o género é a mesma que há entre o sujeito e o seu predicado, porque predicamos os géneros das espécies, mas nunca podemos predicar as espécies dos géneros³⁰. Então, é lícito concluir que a espécie é mais substância do que o género.

Quanto às espécies, nenhuma, a menos que seja também um género, é mais substância do que outra³¹, pois não é mais apropriado chamar homem a um dado homem do que chamar cavalo a um dado cavalo. Esta regra vale também para as substâncias primeiras, pois nenhuma substância é mais substância do que outra, já que um determinado homem não é mais substância do que este ou aquele boi.

É por conseguinte com razão que, depois das substâncias primeiras, entre todas as demais, só a espécie e o género são nomeáveis substâncias segundas, porque entre todas as categorias possíveis, só elas definem a substância primeira. O homem determinado é definível de uma forma mais própria através da espécie, homem, do que através do género, animal. Em contrapartida, aplicar ao homem qualquer outra categoria, seria tor-

nar a explicação imprópria, como, por exemplo, se dissermos que ele é branco, ou que ele corre, ou predicados análogos. Assim, é evidente que só a espécie e o género se denominam substâncias segundas, fora das substâncias primeiras.

Outro argumento: as substâncias primeiras, porque subjazem a todas as mais, são por isso nomeadas substâncias na estrita acepção da palavra. Do mesmo modo que

3a a substância primeira é referível a todas as demais, também o são o género e a espécie quanto aos demais predicados não incluídos na espécie e no género, pois estes são sujeitos dos outros. Podemos dizer que um homem é gramático, isto é, por conseguinte, que o homem e o animal são gramático. E assim nos demais casos.

Propriedade comum a toda a substância é não estar em o sujeito³, porque isso que chamamos substância primeira não pode estar em um sujeito, nem é predicável de qualquer sujeito. E quanto às substâncias segundas também é claro, pelas razões a seguir, que não se acham no sujeito³. Em primeiro lugar, a espécie homem é predicada de um homem, mas homem não se acha em um sujeito, porque homem não é uma parte de algum homem, e o que se diz da espécie

diz-se do género. O género animal, com efeito, predica-se assertivamente deste ou daquele homem, mas não se acha nele. Em segundo lugar, cumpre ter em conta que, quando uma coisa pode achar-se em um sujeito, nada nos impede de predicar o seu nome ao sujeito, mas nesse caso é impossível predicar-lhe a sua definição.

Ora, nas substâncias segundas, o nome e a definição, são categorias do sujeito. A definição de espécie — homem — e a de género — animal — são aplicáveis a um dado homem, de onde se segue que a substância não se conta no número das coisas que se acham em um sujeito. Mas esta propriedade de não se acharem em um sujeito é tão verdade para as substâncias como para as diferenças³, pois, da espécie homem é assertivamente dizível pedestre e bípede. Contudo, estas diferenças de pedestre e bípede, predicadas ao homem, não se acham nele, nenhuma delas, com efeito, está em o homem. Por outro lado, quando se predica afirmativamente uma diferença, predica-se também a sua definição, por exemplo: se da espécie homem predicamos pedestre, a definição deste predicado aplicar-se-á também à sua espécie, porque o homem é pedestre.

Não nos perturbemos então se as partes

das substâncias estão ou se acham no todo como em um sujeito, receando nesse caso a necessidade de admitir que estas partes não são substâncias. Acaso não dissemos já que as coisas que estão em um sujeito, se não devem entender segundo o modo pelo qual as partes estão no todo?

O carácter das substâncias segundas e bem assim da diferença, tem de peculiar e comum que, sempre que as predicamos, as predicamos em acepção sinónima^{as}, porque todas as predicações têm sempre, por sujeito, ou indivíduos, ou espécies. A substância primeira nunca se predica de categoria alguma, e nem mesmo é predicável de um sujeito qualquer, mas, nas substâncias secundárias, a espécie predica-se de todos os exemplos individuais, e o género predica-se de todos

- 3b esses e ainda das espécies. O mesmo ocorre com as diferenças, que tanto se predicam das espécies como dos indivíduos. Além disso, a definição das espécies e dos géneros aplica-se às substâncias primeiras, e a do género à espécie, pois tudo quanto afirmamos do predicado é também afirmável do sujeito. De modo análogo, a definição das diferenças aplica-se aos indivíduos e às espécies, mas, como anotámos atrás, são sinónimas as categorias, cujo nome é comum, e cuja noção é

idêntica, de onde se segue que em todas as proposições que têm por predicado uma substância ou uma diferença, o predicado é sinónimo.

Toda a substância nos aparece como uma forma³⁶. No que se refere às substâncias primeiras, é incontestável que elas significam um determinado, porque o expresso é uma forma e um uno indivisível. No caso das substâncias secundárias, em virtude da própria forma de nomeação, também podemos admitir que elas significam uma forma determinada, como ao dizermos, por exemplo, homem, animal. Contudo não é assim, pois tais palavras significam antes uma qualidade, porque o sujeito não é, como no caso da substância primeira, uno e singular. Na verdade, homem é atribuível a uma multiplicidade, e o mesmo se diz de animal. A espécie e o género não indicam uma qualidade de modo absoluto, como indica, por exemplo, branco, porque branco significa apenas uma qualidade, mas a espécie e o género indicam uma qualidade em relação à substância, dizem-nos do modo de ser de uma substância. No caso do género, contudo, esta qualificação é mais ampla do que no caso da espécie, pois o termo animal abarca muito maior número de seres do que o termo homem.

Outra propriedade das substâncias³⁷ é a de nunca terem contrários. Se considerarmos a substância primeira, qual poderia ser o seu contrário, por exemplo, deste homem, deste animal? Não há aqui, com efeito, contrário, não há contrário de homem, nem de animal, na acepção de espécie e de género. Esta característica particular não pertence apenas à substância, antes pertence a outras categorias, por exemplo, à quantidade. A expressão, por exemplo, dois côvados de comprido, ou três côvados de largo, não tem contrário, e o mesmo se afirma de dez, e de outros semelhantes, a menos que se pretenda que muito é contrário de pouco, e que grande é contrário de pequeno³⁸. Contudo, as quantidades nunca têm contrários.

Nenhuma substância parece susceptível de receber mais e menos³⁹, e por isto não significa que uma substância não possa ser chamada substância com mais propriedade ou com menos propriedade do que outras, antes quero significar que nenhuma substância enquanto tal pode ser mais ou menos em si mesma, por exemplo: esta substância, este homem, não pode ser mais ou menos homem do que em outro tempo⁴⁰. Este homem não é mais homem do que outro homem, tal como se diz que o branco é mais

ou menos branco que um outro branco, e o belo mais ou menos belo que outro belo. Às vezes, a mesma qualidade, em um mesmo sujeito, pode variar de grau, por exemplo, um corpo branco pode dizer-se mais ou menos branco do que era, e um corpo quente pode dizer-se mais ou menos quente, mas a substância enquanto substância não é nem mais nem menos do que em si mesma. O homem não é mais homem agora do que era antes, e o mesmo vale para todas e cada uma das substâncias. Por conseguinte, a substância não é susceptível de mais e de menos.

Agora, a principal propriedade da substância, parece ser isto: que, apesar de permanecer idêntica, una, e a mesma, é capaz de receber qualificações contrárias¹¹. De entre todas as categorias distintas da substância, só poderíamos aduzir um exemplo com esta característica, por exemplo, a cor, que é una em número e idêntica, não pode ser branca e preta, tal como uma acção, idêntica e una em número, não pode ser boa e má, e o mesmo ocorre em tudo o que não seja substância, mas a substância, permanecendo a mesma, admite contudo qualidades contrárias. Por exemplo: um determinado homem, sendo um e o mesmo, é umas vezes branco

outras preto, umas vezes quente, outras frio, umas vezes bom, outras mau. Nada de análogo ocorre em outras categorias, a menos que se objecte que as asserções e as opiniões admitem também contrários. Isto quer dizer que uma mesma afirmação pode parecer simultaneamente verdadeira e falsa. Se, por exemplo, a asserção «o homem está sentado» é verdadeira, logo que o homem se levante, tal asserção será falsa. O mesmo se verifica com a opinião. Podemos dizer a opinião verdadeira de que este ou aquele homem está sentado, e, não obstante, quando esse homem se puser de pé, aquela opinião será falsa, se for mantida acerca do mesmo homem. Ainda quando admitimos este argumento, ela diferencia-se pelo modo de receber os contrários. Quando a substância admite qualidades contrárias, tal ocorre em virtude de uma alteração em si mesma, pois é mediante uma alteração em si mesma que uma substância que estava quente passou a estar fria, passando de um estado a outro; ou que uma coisa branca se tornou preta, ou que era boa e se tornou má. O mesmo se verifica nos casos em que a substância admite determinadas qualidades, ainda que contrárias. No entanto, o juízo e a opinião permanecem imutáveis em si mesmos, em todos e em cada

um dos aspectos. Se passam a dispor de uma qualidade contrária sendo, umas vezes verdadeiros e, outras, falsos, o que mudou foi a assunção do contrário neles, dado que o juízo — tal homem está sentado — continua idêntico, mas, em relação às condições que 4b mudam, umas vezes é verdadeiro, outras é falso, e igual asserção vale para as opiniões. Assim, pelo modo como mais ou menos as coisas acontecem, é de facto característico da substância admitir qualidades contrárias, mediante uma alteração em si mesma. Por conseguinte, se alguém quiser abrir uma exceção a favor dos juízos e das opiniões, sustentando que também estes admitem qualificações contrárias, tal opinião é uma heterodoxia. Se dissermos que os juízos e as opiniões podem receber contrários, é porque não são eles mesmos os sujeitos da alteração, mas porque a alteração sobreveio em sujeito distinto. Com efeito, é a realidade ou a irrealidade da coisa que faz o juízo verdadeiro ou falso, não sendo possível que o próprio juízo possa admitir tamanhas qualidades contrárias. Porque, em síntese, nada pode alterar a natureza do juízo nem da opinião e, pois que neles não há alteração, não podem ser receptáculos de contrários. Mas a substância, ao poder receber em si mesma

os contrários, admite os contrários, pois ela recebe em si mesma a saúde, a brancura e a negrura. E como ela recebe em si mesma cada uma destas qualidades, é afirmável que ela recebe os contrários. Concluindo, diremos que a propriedade mais distintiva da substância é a de poder receber os contrários, mediante uma alteração em si mesma, apesar de permanecer uma e a mesma substância. É quanto basta dizer acerca da substância.

6

A quantidade é, ou discreta, ou contínua¹², e, além disso, a quantidade ou é formada por partes que têm, em relação umas às outras, posições relativas, ou por partes que não têm posições relativas entre umas e outras. São exemplos de quantidade discreta, o número e a oração¹³, e de quantidade contínua, a linha, a superfície, e o sólido, às quais podemos juntar o tempo e o lugar.

Quanto às partes do número, convenhamos em que não há qualquer limite comum em que as ditas partes se possam unir, por exemplo, sendo cinco uma parte de dez, em nenhum limite comum cinco mais cinco se unem, pois estes cinco são distintos. O mesmo

ocorre com as parcelas três e sete, que não se unem em qualquer limite comum, pois em nenhum número acharemos um limite comum entre as suas partes, porque estas permanecem sempre distintas umas das outras. Por este motivo, o número é quantidade discreta, e não contínua, e o mesmo é predicável da oração, que também é uma quantidade discreta. Medida em sílabas longas e breves, a oração é uma quantidade, cujas partes não têm um comum limite. Não há um limite comum para união das sílabas e cada uma é, com efeito, uma quantidade discreta.

Quanto à linha, é uma quantidade contínua, dado ser concebível um limite comum em que as suas partes se tocam, ou unem, e este limite é o ponto. O mesmo se verifica com a superfície, e com o volume, ou sólido, cujas partes têm este limite, a linha, no primeiro caso, e a linha ou o plano no segundo caso. O tempo é um todo e uma quantidade contínua, pois o presente, o pretérito e o futuro estão concatenados; também o espaço “é uma quantidade contínua, pois, dado que as próprias partes do sólido ocupam um certo lugar, e que estas partes têm um limite comum, segue-se que também as partes do espaço, que ocupam essas mesmas partes, têm o mesmo limite comum, como as partes

do sólido. Assim, o espaço, à semelhança do tempo, é contínuo, as partes, em um limite comum, unem-se umas às outras.

Há também quantidades constituídas por partes que têm entre elas uma posição recíproca, pois, cada uma delas deve estar em uma parte e distinguir-se da contígua. Podemos dizer em que parte do plano está e de que parte é contígua. O mesmo é exacto dos sólidos e do espaço. Quanto ao número, pelo contrário, o caso é distinto, pois jamais poderemos demonstrar que as suas partes ocupam uma dada posição recíproca, ou que sequer ocupem uma posição, pois é impossível determinar, já as partes, já qualquer contiguidade entre elas. O mesmo é dizível do tempo, porque nenhuma parte do tempo é duradoura, e como se poderia afirmar que o não durável tem uma posição? No caso do tempo melhor será dizer que as partes do tempo têm uma sucessão relativa, porque uma parte é anterior a outra, posterior, regra também aplicável ao número, já que os números são anteriores uns aos outros, pois, quando os contamos, o um é anterior a dois, e dois anterior a três. De modo que, também acerca do número, se pode afirmar que tem uma ordem relativa, mas destituída de posição. Tal característica é própria do dis-

curso, cujas partes carecem de subsistência já que, uma vez pronunciadas, se diluíram, de modo que, se deixaram de ser não ocupam, nem posição, nem lugar. Em resumo, há quantidades constantes de partes que têm uma posição, e outras quantidades constituídas por partes sem posição.

As mencionadas são as únicas que têm a propriedade de ser chamadas quantidades, e tudo o mais que assim seja chamado só o poderá ser por acidente¹⁵, em virtude de relação com as primeiras. Como exemplo: dizemos que o branco é grande dado a superfície coberta de branco ser grande; e a acção chama-se longa, por ser longo o tempo em que se passa, mas o nome de quantidade não se pode dar com propriedade a estas determinações. Se alguém nos perguntar qual é a duração de uma determinação acção, mencionaremos o tempo de que ela necessitou, respondendo um ano ou algo de equivalente. E se alguém nos perguntar qual a grandeza de uma coisa branca, mencionaremos a superfície que o branco cobre, pois é na medida em que a superfície é grande que do branco se pode dizer que é grande. Portanto, as únicas quantidades em acepção essencial só são as que mencionámos; qualquer outra não é quantidade em si mesma,

e, se como tal for entendida, é por derivação, ou acidente.

Além disso, a quantidade nunca tem contrário⁶. Quanto às quantidades discretas, é manifesto que elas não têm contrário, como vimos nos exemplos de dois côvados de comprimento, e três côvados de comprimento, ou da superfície ou de qualquer outra quantidade deste tipo, as quais não têm contrário. Não obstante, alguém pode dizer que muito é contrário de pouco, ou que grande é contrário de pequeno? Pode, mas nenhuma destas noções é quantidade, antes são relações, por isso que as coisas em si mesmo consideradas não são, nem pequenas, nem grandes, só assim sendo qualificadas por relação comparativa com outras, por exemplo: dizemos que um monte é pequeno, e que um grão de milho é grande, pois o grão de milho é maior que outras coisas do mesmo género, e o monte é mais pequeno do que outras coisas análogas. Estamos aqui em presença de uma relação comparativa, pois se esses termos se utilizassem em acepção absoluta, jamais se poderia afirmar que um monte é pequeno, ou que um grão de milho é grande⁷. De igual modo é lícito dizer que em uma aldeia há muitos habitantes, e que em Atenas há poucos, embora a população

de Atenas seja mais numerosa. Dizemos também que há muitas pessoas em uma casa, e que há poucas em um teatro, embora neste último lugar haja muitas mais. Enquanto dois côvados ou três côvados e qualquer grandeza desta espécie exprimem uma quantidade, os nomes grande e pequeno não significam quantidade, mas relação, a qual implica uma norma externa, ou algo que está para além deles. É pois evidente que estes últimos termos são também relativos. Além disso, sejam ou não sejam quantidades, estes termos não têm contrário, porque aquilo que não se toma em si mesmo, mas só em referência a outro, como se pode supor que tenha contrário? Admitamos que grande e pequeno são contrários. Segue-se, nesse caso, que um mesmo sujeito pode receber simultaneamente qualificações contrárias, e que as coisas são em si mesmas contrárias. Não sucede por vezes que uma mesma coisa é ao mesmo tempo grande e pequena, pois que, sendo pequena relativamente a uma, é grande relativamente a outra? Assim, uma mesma coisa vem a ser simultaneamente grande e pequena, e, por consequência, ela admite ao mesmo tempo qualificações contrárias. É ine-gável que nada pode admitir simultaneamente os contrários, como vimos para a

substância. Se a substância está apta a receber contrários, um homem não pode, no entanto, estar doente e são ao mesmo tempo, assim como uma coisa não pode ser a um tempo branca e preta, e nenhuma é qualificável deste modo simultaneamente, porque então as coisas seriam em si mesmas os próprios contrários. Se grande é o contrário de pequeno, e se uma coisa for ao mesmo tempo grande e pequena, essa mesma coisa será contrária a si mesma; ora, é impossível que uma mesma coisa seja contrária a si mesma, logo grande não é contrário de pequeno, nem muito de pouco. Por conseguinte, não podemos considerar esses termos contrários, ainda que haja quem os denomine como categorias de quantidade e não como categorias de relação.

Quanto ao caso do lugar, assumido como quantidade, o contrário é mais plausível. Com efeito, definimos superior como o contrário de inferior, quando na verdade chamamos inferior à região que se acha no centro da terra, porque a distância máxima é a que vai do centro aos pontos cardiais do universo. Parece, até, que é destes contrários que se extrai a definição de todos os outros contrários, dado que os termos que, dentro

do mesmo género, estão mais distantes, são definidos como contrários.

Não parece que a quantidade seja susceptível de mais e de menos⁹. Dou como exemplo dois côvados de comprimento. Uma coisa com o comprimento de dois côvados não é mais do que de dois côvados. Esta regra é também válida para o número, por exemplo: três não é, digamos, três em mais alto grau do que outro três, e um cinco não é mais cinco do que outro cinco. Não dizemos que um tempo é mais tempo do que outro tempo, e de todas as quantidades que enumerámos não há nenhuma à qual o mais e o menos possam ser predicados. Concluo portanto que a categoria de quantidade não é susceptível de mais e de menos. Agora, o que acima de tudo é característico da quantidade, é a possibilidade de a predicarmos de igual e de desigual¹⁰. De cada uma das quantidades que mencionámos dizemos que ela é, ou igual, ou desigual. De um sólido diz-se, por exemplo, que é igual ou desigual a outro, do número, que é igual ou desigual a outro, do tempo, que é igual ou desigual a outro. Isto mesmo vale para todas as quantidades mencionadas e cada uma pode ser qualificada de igual ou de desigual. Em contrapartida, todas as outras categorias que

não sejam quantidades não podem, de modo algum, ser ditas iguais ou desiguais: o hábito, por exemplo, não é qualificável de igual ou de desigual, antes o qualificamos de semelhante ou diferente; o branco não pode ser qualificado também de igual nem de desigual, mas de semelhante e de diferente. A característica superior da quantidade é, portanto, a de ser qualificável de igual e de desigual.

7

Chamamos relativas⁵⁰ às coisas quando se diz que elas estão na dependência de outras, porque a sua existência está de algum modo relacionada com outras. Assim, maior diz-se maior porque consiste em ser dito em relação a outra coisa, porque maior diz-se de alguma coisa; e dizemos dobro o que é dito 6 b dobro de outra coisa; e o mesmo ocorre com todos os termos análogos. São também relativos termos quais: estado, disposição, sensação, conhecimento, posição, e todos eles se explicam mediante uma referência a outro, e por mais nada. O estado é dito estado de alguma coisa, o conhecimento, conhecimento de algo, a posição, posição de alguma coisa, e assim sucessivamente. São portanto relativos os termos cuja substância é a de serem

ditos dependentes de outros, ou de se referirem de algum modo a outros. Por exemplo, dizemos que um monte é alto apenas em comparação com outro, dado ser em relação a outro que o monte é alto; o semelhante diz-se do semelhante a qualquer coisa, e os demais termos da mesma natureza dizem-se por virtude do mesmo carácter de relação. Acrescento que o deitar-se, o estar de pé, o estar sentado, são posições determinadas, e a posição em si mesma é um relativo; pelo contrário, estar deitado, estar levantado, estar sentado, não são em si mesmos posições, e mais não fazem do que tirar as suas designações, como parónimos, das posições acima enumeradas.

Por vezes, os relativos têm contrários⁵¹, por exemplo: a virtude é o contrário do vício, mas cada um destes termos é relativo, e a sabedoria é o contrário da ignorância. No entanto, nem todos os relativos têm contrários: ao dobro não se opõe qualquer contrário, nem ao triplo, nem a qualquer termo deste género.

Também parece que os relativos admitem o mais e o menos⁵². Semelhante e diferente são dizíveis segundo o mais e o menos, o igual e o desigual também se dizem segundo o mais e o menos, sendo termos relativos,

porque o semelhante é dito semelhante a algo, e o mesmo vale para diferente⁴. No entanto, nem todos os relativos são suscetíveis de mais e de menos. Não dizemos, por exemplo, do dobro, que ele é mais dobro ou menos dobro, e o mesmo sucede com outros termos equiparáveis.

Todos os relativos têm os seus correlativos⁵, por exemplo, escravo quer dizer escravo do senhor, e senhor quer dizer senhor do escravo; dobro quer dizer dobro da metade, e metade, metade do dobro; o maior é maior do que o seu menor, e o menor é menor do que o seu maior. Isto verifica-se em todos os casos relativos. Haverá, contudo, uma diferença no caso ou inflexão gramatical, assim: chamamos conhecimento ao conhecimento do cognoscível, e cognoscível o que é cognoscível ao conhecimento; sensação à sensação do sensível, e sensível, o sensível à sensação. Por vezes, apesar disto, a correlação não é patente; é quando se comete um erro e o termo ao qual o relativo se refere não é o apropriado. Por exemplo, se dermos asa como relativo à ave, não há correlação da ave e da asa. O termo justo é o de asa de ave, visto que asa é asa de uma ave quando consideramos esta, não como ave, mas como alada, pois há muitos outros

alados que não são aves. Quando a relação é adequada, a correlação é imediata, como se dissermos a asa é asa de um alado, e o alado é em virtude da asa. Por vezes, sem dúvida, é necessário criar um nome derivado para designar de modo próprio e imediato uma correlação, quando não temos esse nome. Tomemos por exemplo a palavra leme que é relativa ao barco. Mas esta correlação não é evidenciada de um modo exacto, pois o leme não é do barco enquanto barco, visto haver barcos sem leme. Por isso, não há correlação, porque não podemos dizer que o barco é barco do leme, não havendo reciprocidade. Não obstante, a relação seria mais justa se disséssemos pouco mais ou menos o seguinte: o leme é leme de uma coisa lemeada ou qualquer outro modo aproximado, em vista da carência de nome. Se nos exprimirmos desta forma há correlação, reciprocidade, isto é, o lemeado é lemeado por leme. A norma vale para os demais casos, por exemplo, cabeça, melhor se dirá correlativa do cabeçudo, do que se for dita como correlativa de animal, pois não é enquanto animal que o animal tem cabeça, visto haver animais sem cabeça. A maneira mais fácil de compreender aquilo com que algo é relativo, nos casos em que nos falece o nome, con-

siste em derivar os nomes dos primeiros termos, aplicando-os às coisas com as quais os primeiros são correlativos, tal como nos exemplos precedentes, em que alado deriva de ala^{ss}, e lemeado de leme.

Assim, pois, todos os relativos têm correlativo, suposto que estes hajam tido correlata definição, importando mencionar esta cláusula, porque, se o correlativo for definido com indeterminação e não com relação ao correlativo, os termos não serão desde logo correlativos. Melhor dizendo: mesmo para os correlativos acerca dos quais há analogia e aos quais atribuímos nomes, não há correlação se um dos termos for designado por um nome, que só por acidente exprime o correlativo, e não pelo nome do próprio correlativo. Por exemplo: escravo, se for expresso como escravo, não do senhor, mas do homem ou do bípede, ou de não importa que outro género, não é correlativo, uma vez que a relação é inadequada. Se a correlação for adequada, poderemos prescindir dos outros caracteres acidentais, fixando-nos apenas naquele que estabelece a correlação adequada, pois então esta correlação manter-se-á, por exemplo: se o correlativo de escravo é senhor, podemos omitir os caracteres acidentais do senhor (v. g. bípede, capaz de

conhecimento, homem) fixando apenas o carácter de senhor, que escravo será sempre relativo a este, porque escravo é dito escravo do senhor. Não obstante, se a correlação for inadequada, e se despojarmos o termo de todos os seus caracteres, deixando ficar apenas aquele com o qual se definiu a relação, logo toda a correlação se desvanecerá. Definamos como correlativo de escravo, homem, e de alado, ave, e separemos do homem o carácter de senhor. Logo deixará de haver correlação entre senhor e escravo, pois que sem senhor não há escravo. O mesmo razoamento se fará, se separarmos de ave o carácter de alado; alado deixará de ser relativo, pois, se não há alado, a asa não terá correlativo. Concluo por dizer que é preciso definir com exactidão os correlativos. Se houver nome, a determinação será fácil, mas se não há nome, é necessário formar um nome, e sempre que a denominação dos termos for exacta, é evidente que todos os termos relativos são correlativos.

Os correlativos parece que têm simultaneidade natural⁵⁶, sendo esta regra verdadeira na maior parte dos casos. Há simultaneidade do dobro e da metade, e se há metade, há dobro, tal como se há senhor há escravo, e, se há escravo há senhor, e assim

em todos os casos análogos. Os correlativos anulam-se reciprocamente: se não há dobro, não há metade, se não há metade, não há dobro, e o mesmo se verifica nos casos semelhantes. Não obstante, não é verdade, segundo parece, que em todos os casos os correlativos sejam simultâneos por natureza, dado que o objecto do conhecimento é anterior ao conhecimento, pois comumente adquirimos conhecimento do que já existe, sendo difícil, senão impossível, haver conhecimento simultâneo do seu objecto. Se eliminarmos o objecto do conhecimento, anulamos o conhecimento em si mesmo, mas a eliminação do conhecimento não anula o seu objecto. Com efeito, se deixasse de haver objecto de conhecimento, não haveria conhecimento, pois nada haveria a conhecer, mas se é o conhecimento que não há, tanto não obsta a que haja o seu objecto⁷. É o que se verifica no exemplo da quadratura do círculo: mesmo admitindo, no mínimo, que há quadratura do círculo como objecto de conhecimento, ainda não dispomos do seu conhecimento, apesar de ela ser objecto de conhecimento. Se deixasse de haver todos os animais não haveria conhecimento deles, ainda que continuasse a haver um grande número de objectos de conhecimento. Análoga afir-

mação é factível da estesia: o sensível é, com efeito, e com toda a verosimilhança, anterior à sensação; se o sensível se anular, a sensação elimina-se, enquanto que, se eliminarmos a sensação, o sensível não é eliminado, pois que a sensação actua sobre um corpo e em um corpo, como sensação e acto de sentir. Por outro lado, uma vez eliminado o sensível, o corpo é também eliminado, uma vez que o corpo faz parte dos sensíveis, e, se não há corpo, a sensação desaparece, pelo que a eliminação do sensível acarreta a eliminação da sensação. Todavia, a eliminação da sensação não implica a eliminação do sensível: eliminado o animal, a sensação é eliminada, mas o sensível subsiste, por exemplo, o calor, a doçura, a amargura, e todos os demais sensíveis. Outra prova: a sensação gera-se ao mesmo tempo que o sujeito sensível (que sente), pois que a sensação nasce com o ser animado, mas o sujeito sensível não é anterior nem ao ser animado nem à sensação, dado que objectos como fogo, água, e outros elementos da natureza, a partir dos quais o ser animado se compõe, já existiam anteriormente ao ser animado e à sensação. O sensível é anterior à sensação.

A questão de que nenhuma substância é relativa, como em geral se admite, poderia

dar azo a controvérsia. Uma exceção se daria, no entanto, no caso de certas substâncias segundas. Quanto às substâncias primeiras, é verdade que elas não são relativas, pois que nem os todos, nem as partes das substâncias primeiras, são relativos. Não dizemos do homem que é homem de algo, nem do boi que é boi de outra coisa. O mesmo quanto às partes: a mão não se diz uma mão de alguém, mas a mão de alguém, e uma cabeça não se diz uma cabeça de alguém, mas a cabeça de alguém. Assim também com as substâncias segundas, ou pelo menos com a sua maior parte: a espécie homem, a espécie boi, nunca se definem por relação a algo fora delas; nunca se define assim madeira, e se madeira for considerado relativo, é como propriedade, própria de alguma outra coisa, e não como substância. Nos casos deste tipo, é evidente que a substância não entra no grupo dos relativos. Somente com algumas substâncias segundas a questão é plausível, por exemplo, cabeça é dita cabeça disso de que ela é típico, e mão é dita mão disso de que ela é típico, e o mesmo ocorre com todas as partes da mesma natureza, de onde se segue que estes termos podem bem ser relativos. Se, portanto, a definição dada para relativos fosse suficiente, seria muito difícil,

senão impossível, demonstrar que nenhuma substância é relativa. Mas se a definição for insuficiente, e se considerarmos relativos apenas os termos cuja essência consiste em uma certa relação, talvez houvesse remédio para esta incerteza. A anterior definição aplica-se, sem qualquer dúvida, a todos os relativos, mas o facto de uma categoria se definir por referência a alguma outra fora dela, não a torna necessariamente relativa.

Do exposto fica esta evidência: se um relativo é conhecido de um modo definido, aquilo a que ele se refere é também conhecido de um modo definido, podendo ser chamado de evidente por si mesmo³⁸; isto é, se sabemos que uma tal ou qual coisa particular é um relativo, sendo relativo àquelas coisas cuja existência verdadeira consiste na referência, de um ou de outro modo, a outra coisa, então sabemos o que é esse outro a que se refere o conhecido. Se não soubéssemos o que é esse outro a que aquela se refere, também não saberíamos se esta é ou não relativa. Demos alguns exemplos, que podem esclarecer esta asserção: se soubermos, com determinação, que uma coisa é dobro, sabemos logo com determinação de que ela é dobro, pois se não houvesse determinada coisa da qual não soubéssemos de

que aquela é dobro, nem sequer saberíamos que ela é dobro de algo. Se sabemos que uma dada coisa é mais bela, também temos de saber necessariamente e imediatamente, a coisa em comparação com a qual uma coisa é mais bela. Não saberemos de modo vago e indeterminado o que é mais belo do que outro menos belo, pois então isso seria simples suposição, e não conhecimento. Com efeito, não conheceríamos de modo preciso que a dita coisa é mais bela do que uma coisa que é menos bela, dado poder acontecer que não houvesse nada de mais belo do que essa mesma coisa. É portanto necessário que um conhecimento definido dos relativos, equivale a um igual conhecimento das coisas às quais são relativos⁵⁹.

Quanto à cabeça, à mão e a qualquer parte da mesma natureza, que são substâncias, podemos conhecer com determinação o que elas são, embora não se siga necessariamente que conheçamos o seu correlativo, uma vez não sabermos de um modo determinado a que se refere esta cabeça ou esta mão. Sendo assim, somos compelidos a concluir que essas substâncias e suas análogas não são relativos, e, portanto, as substâncias não são relativos. É difícil, nestes casos, fazer afirmações positivas, sem uma constante

atenção aos casos, mas não é inútil evidenciar alguns aspectos deste tema.

8

Chamo qualidade a isso em virtude do que algo é dito tal ou qual, mas a qualidade está entre aquele número de categorias que podem ser entendidas em várias acepções⁶⁰.

Uma primeira espécie de qualidade é a que se denomina de hábito e disposição, mas o hábito difere da disposição por ser mais durável e mais estável. Entre os hábitos temos os de conhecimento e as virtudes, porque o conhecimento parece estar entre os estáveis e difíceis de alterar, mesmo se ele só for adquirido em pequeno grau, a menos que nele se haja produzido uma brusca alteração, causada por enfermidade ou causa análoga. O mesmo é dizível da virtude (por exemplo, a justiça, a temperança, e toda a qualidade da mesma espécie), se admitirmos que estas são difíceis de mudar e de alterar. As disposições, pelo contrário, são assim denominadas porque podem ser mudadas e rapidamente alteradas, como o calor e o frio, a doença e a saúde, e assim sucessivamente. Um homem tem uma certa disposição, mas rapidamente muda de disposição; estando

quente, pode ficar frio e, estando são, pode 9a ficar doente, e o mesmo ocorre com as demais disposições, a menos que uma disposição se tornasse natural com o tempo, inverterada e difícil de remover, de tal modo que a disposição passaria a chamar-se hábito⁶.

É evidente que tendemos a designar pelo nome de hábitos aquelas qualidades mais duráveis e mais difíceis de mudar, pois os que possuem um conhecimento pouco estável e cujo humor é instável, podem apenas ser ditos como tendo uma certa disposição⁷, mais ou menos boa, para o conhecimento. O hábito difere da disposição por esta última tender a mudar, enquanto que o hábito é mais durável e menos movível.

Os hábitos são disposições, mas as disposições não são necessariamente hábitos: ter hábitos é estar em uma certa disposição, mas ter disposições não é, em todo o caso, possuir um hábito equivalente.

Uma outra espécie de qualidade é aquela segundo a qual podemos falar de bons lutadores, de bons corredores, de saudáveis e de enfermiços, numa palavra, de tudo o que se diz segundo uma potência⁸ ou uma impotência naturais. Não é em virtude de uma disposição que cada uma destas qualidades é afirmável, mas pelo facto de se possuir uma

potência natural, ou uma impotência natural, para levar a efeito uma coisa, ou para a não levar a efeito. Por exemplo: os bons lutadores são assim chamados, não por se acharem em uma certa disposição, mas por possuírem uma potência natural para fazer certos exercícios com facilidade. Os saudáveis são assim chamados atendendo a uma potência natural para reagir com facilidade a todas as ameaças de doença, e, pelo contrário, os enfermiços são assim chamados em virtude da sua natural impotência para reagirem às ameaças de doença. O mesmo se diz do mole e do duro. O duro é duro por possuir uma natural potência para resistir à desagregação, e o mole por virtude de impotência correlativa.

Uma terceira espécie de qualidade compreende as paixões e as afeições. Tais são, por exemplo, a doçura, a amargura, a acridez, com todos os seus afins, e tais são também o calor, o frio, a brancura, e a negrura, que são qualidades, porque os sujeitos que os possuem são ditos desta ou daquela qualidade em razão da sua presença nelas. O mel, diz-se que é doce por conter doçura, e um corpo diz-se branco por ter recebido a brancura. O mesmo se verifica em casos similares.

Qualidades afectivas não significa que os

sujeitos que recebem estas qualificações estejam em si mesmos afectados de algum modo, nem que experimentem mutação. Assim, não 9 b é por o mel sofrer qualquer modificação que é chamado doce, e o mesmo é equivalente para casos semelhantes. Quanto ao calor, e quanto ao frio, designam-se de qualidades passivas, não porque as qualidades de que são receptáculos, sejam passivas, mas porque cada uma destas qualidades tem potência para produzir a modificação das sensações; chamamos tais qualidades de qualidades passivas. A doçura produz a modificação do gosto e, o calor, a modificação do tacto. E o mesmo ocorre nas demais qualidades afins.

Todas as cores, incluindo a brancura e a pretura são também qualidades afectivas, porque elas mesmas são efeito de modificação. Há numerosas mutações de cor por causas afectivas. O facto é evidente: a vergonha faz corar, o desespero faz empalidecer, e assim sucessivamente. É por isso que, se alguém está sujeito a uma paixão deste género, em virtude de certas particularidades temperamentais, podemos concluir, sem injustiça, que esse homem tem uma tez correspondente ao temperamento, porque a disposição dos elementos corporais produzida espontanea-

mente num acesso de vergonha, pode ser o efeito da constituição natural do sujeito, destinada a produzir de modo natural a cor equivalente. Deste modo, todas as disposições deste género que têm origem nas paixões estáveis e permanentes, chamam-se qualidades afectivas. Ou então, é porque têm origem no temperamento natural do sujeito que a palidez ou a pretidão se chamam qualidades, pois são elas que nos permitem a qualificação; ou então é porque estas cores, a palidez e a negridão, sobrevieram após uma longa doença, ou um calor tórrido, e não são difíceis de apagar, caso não persistam para toda a vida. Também neste caso as denominamos de qualidades, porque, ainda aí, e por causa delas, recebemos a qualificação de pálidos ou de morenos. No que respeita às determinações provenientes de causas destruidoras mas logo afastadas, elas são nominadas afeições e não qualidades, pois ninguém é qualificado em relação a tais afeições. De quem cora por pudor não dizemos que é vermelho, nem dizemos que é pálido o que empalidece de medo, antes os dizemos afectados deste ou daquele modo. Estes fenómenos são afecções e não qualidades.

Análogo razoamento é aplicável às qualidades afectivas da alma". Todas as deter-

minações que, no próprio instante do nascimento, têm como origem certas afecções estáveis, chamam-se qualidades, tal sendo o caso da demência, da ira, e de outras disposições 10^a análogas, pois toda a gente é qualificada, por causa disso, ou de colérica, ou de louca. Também as distracções da mente, que podem não ser em si mesmas inatas, antes provir de outras particularidades difíceis de evitar e até absolutamente inevitáveis, se chamam qualidades, pois que a gente é qualificada deste ou daquele modo conforme a elas. Quanto às determinações provenientes de causas de rápida dissipação, chamam-se afecções. Vejamos, por exemplo, alguém que, em vista de uma contrariedade, tem um acesso de ira. Um homem que, em tais circunstâncias emotivas, é acometido da ira, não se qualifica de irascível, antes afirmamos que está perturbado, afectado. Por isso, tais determinações se chamam afecções e não qualidades.

A quarta espécie^{as} de qualidades comprehende a figura e a forma^{as} de cada coisa, incluindo a rectitude e a curvatura, e outras qualidades análogas. As coisas definem-se mediante estas qualidades, pois uma dada coisa é triangular ou quadrangular, uma coisa tem tal qualidade, ou pode ser direita ou

curva, sendo a figura que lhe dá a qualificação. O raro e o basto, o áspero e o suave significam por aparência uma coisa dessa qualidade, todavia, são estranhos às espécies de qualidade, por significarem antes as posições das partes de uma coisa. Com efeito, uma coisa é basta por causa da estreita união das suas partes, e rara, por recíproco afastamento; é suave em virtude da igualdade de nível dos citados componentes, e áspera, quando certas partes sobressaem e outras não. Poderíamos descobrir ainda outras espécies de qualidades, mas os modos enumerados são os principais e mais frequentes.

As determinações mencionadas são as qualidades. Quanto aos qualificados, são os que se denominam segundo tais qualidades ou que dependem delas de algum modo. Na maior parte dos casos, e quase sempre de resto, o nome do qualificado deriva da qualidade, por exemplo, brancura deu o nome a branco, gramática a grammatical, e justiça a justo, e assim sucessivamente. Em certos casos, no entanto, em que não se dá nome às qualidades, é impossível designar os qualificados pelos nomes derivados das qualidades, por exemplo, o nome dado ao corredor ou ao lutador, assim nominados em virtude de uma potência natural, não deriva de qual- 10b

quer qualidade, uma vez não haver nome para nomear as potências pelas quais aqueles homens recebem uma qualificação, como há para as ciências, cujo exercício lhes dá o nome de lutadores ou de aptos para a Pálestra⁷⁷. Aqui, tal arte chama-se disposição, recebe o nome da arte do pugilato, ou de «arte da luta», e os homens a ela predispostos recebem o nome dessas mesmas artes derivado.

Por vezes, mesmo quando há um nome particular para a qualidade, a coisa qualificada por ela tem um nome que não deriva dessa qualidade, por exemplo, homem honesto é assim qualificado por causa da virtude, pois é em vista da virtude que ele é dito honesto, embora o seu nome não derive do substantivo virtude. Contudo, casos como este são raros.

Assim, pois, dizemos que possuem esta ou aquela qualidade as coisas de nome derivado das qualidades indicadas, ou que, de qualquer outro modo, delas dependem.

A qualidade admite a contrariedade⁷⁸, por exemplo, justiça é contrário de injustiça, negrura de branura, e assim por diante. O mesmo ocorre quanto aos qualificados de acordo com estas determinações: injusto é contrário de justo, branco de preto, embora

este caso nem sempre se verifique, por exemplo, o vermelho, o amarelo e as cores desta espécie não têm contrários, embora essas cores sejam qualidades. Se um dos contrários for qualidade, o outro será também qualidade, e isto é evidente se aplicarmos as outras categorias; assim, se a justiça é contrário de injustiça, e se justiça é uma qualidade, injustiça é também uma qualidade; nenhuma outra categoria convirá a injustiça, nem a quantidade, nem a relação, nem o lugar, nem, de um modo geral, qualquer outra categoria além da qualidade. E o mesmo se diz de todos os contrários considerados na categoria de qualidade.

As qualidades admitem também mais e menos⁸⁷. Uma coisa branca é dita mais ou menos branca do que outra, e uma coisa justa mais ou menos justa do que outra. E uma qualidade pode ser predicada em maior ou menor grau: o branco pode ser ainda mais branco.

Esta propriedade, que vige para a maior parte dos casos, não vale como regra para todas as qualidades. Sustentar, por exemplo, que justiça admite grau maior ou menor cria dificuldades: há quem conteste, dizendo que justiça não é susceptível de mais e de menos, ao contrário do que ocorre com a

saúde. O máximo que se pode afirmar é que alguém é mais saudável do que outrem, e o ^{11a} mesmo vale para a gramática e para outras disposições. Seja como for, é pelo menos evidente que as coisas denominadas segundo essas qualidades são susceptíveis de mais e de menos, pois é lícito dizer que um homem é melhor gramático do que outro, mais saudável, mais justo, e assim por diante.

Em contrapartida, triângulo e tetrágono não admitem, tal como as demais figuras, graus maior e menor. As coisas a que se aplicam os nomes de triângono e de círculo são todas por igual triângulos e círculos; e quanto às coisas a que tal noção não é aplicável, não poderemos dizer que uma é mais triângulo ou mais círculo do que outra: o quadrado não é mais círculo do que o rectângulo, uma vez que a noção de círculo é inaplicável a qualquer uma dessas figuras. De um modo geral, se a noção do termo proposto não for aplicável a dois sujeitos, é logo indizível que um é mais do que outro. Nem todas as qualidades, por isso, admitem mais e menos.

Os caracteres mencionados não são aplicáveis à qualidade, mas é próprio da qualidade o receber os termos de semelhante e de diferente⁷⁰, os quais são exclusivos das quali-

dades. Uma coisa, com efeito, é semelhante a outra apenas em função da qualidade. De onde, por conseguinte, o próprio da qualidade ser a atribuição de idêntico e de diferente.

Não devemos recear a objecção de que, apesar de o nosso tema ser uma exposição sobre a qualidade, incluímos na enumeração muitos relativos. Acaso não dissemos que os hábitos e as disposições são da categoria da relação? Pois bem, pelo menos na maior parte dos casos, os géneros são termos relativos, embora nenhuma das espécies particulares o seja. O conhecimento considerado como género é, por essência, o que é relativo a outro, pois dissemos que o conhecimento é conhecimento de. Em contrapartida, nenhuma das ciências particulares é, por essência, relativa a outro, por exemplo, não dizemos que gramática é gramática de, nem a música, música de. Se elas são relativas somente o são pelo género, porque gramática é ciência de alguma coisa, e música é ciência de alguma coisa, e não música de. Por isso, as ciências particulares não se incluem nos relativos. A gente é chamada isto ou aquilo conforme possui ou não conhecimento destas ciências particulares, e somos chamados sábios quando possuímos o conhecimento de

uma das ciências particulares. Por conseguinte, estas ciências particulares, em virtude das quais podemos ser qualificados, são em si mesmas qualidades e não relativos. Acrescento que, se houver alguma coisa que seja simultaneamente relação e qualidade, não será absurdo incluí-la ao mesmo tempo nas duas categorias.

9

11b A acção⁷¹ e a paixão⁷² também admitem a contrariedade e são passíveis dos graus maior e menor. Aquecer é o contrário de arrefecer, ser aquecido de ser arrefecido, alegrar-se de entristecer-se, o que é bem uma prova de admissão da contrariedade. O mesmo quanto ao mais e ao menos: pode aquecer-se mais ou menos, ou ser aquecido mais ou menos. A acção e a paixão são, por isso, susceptíveis de mais e menos. Eis o que temos a dizer destas categorias⁷³.

Já nos referimos à posição⁷⁴ no capítulo dos nomes relativos, onde dissemos que estas categorias derivam o nome de posições correspondentes. Quanto às restantes categorias, tempo, lugar e posse⁷⁵, em razão da

sua bem conhecida natureza, nada mais temos a acrescentar ao que já dissemos no começo, a saber, que a posse significa situações como, estar calçado, estar armado; o lugar é, por exemplo, no Liceu, e assim por diante, como já referimos⁷⁶.

10

Quanto às categorias propostas ao nosso estudo, já dissemos o suficiente. Passemos agora aos opostos⁷⁷, e distingamos as habituais acepções de oposição.

A oposição de um termo a outro tem quatro modos: oposição de relativos, oposição de contrários, privação à possessão, e da afirmação à negação⁷⁸. Em cada um destes modos a oposição é exprimível de forma esquemática da seguinte maneira: a dos correlativos, expressa em termos como o dobro quanto à metade; a dos contrários, como o mal quanto ao bem⁷⁹; a da privação quanto à possessão, como a cegueira quanto à visão, a da afirmação quanto à negação, como está sentado, ou não está sentado.

Os opostos, quando relativos, são aqueles cuja propriedade consiste em ser dito do seu oposto ou ao qual de algum modo se

refere, por exemplo, dobro é o que em si mesmo se diz acerca de uma outra coisa, pois de alguma coisa o dobro é dobro. Conhecimento e cognoscível são também opostos e relativos, pois o conhecimento em si mesmo diz-se conhecimento do cognoscível, e cognoscível, por sua vez, é em si mesmo dito do seu oposto, o conhecimento, pois o cognoscível é dito cognoscível de alguma coisa, isto é, o conhecimento. Os termos opostos mais relativos são, portanto, aqueles cuja essência consiste em serem ditos de outras coisas, ou que são, de algum modo, em relação recíproca, correlação¹⁰.

Quando os opostos são contrários¹¹, não dependem um do outro, e entendem-se simplesmente por serem contrários um ao outro. Não dizemos que o bem é o bem do mal, mas o contrário do mal; não dizemos que o branco é o branco do preto, mas o contrário do preto. Por isso, estes dois tipos de oposição diferem entre eles. Sempre que os contrários são tais que os sujeitos em que estão por natureza, ou dos quais são afirmados, um deve necessariamente conter o outro, não há intermédio entre eles; mas se são contrários não necessariamente contidos um ou outro pelo sujeito, há, sempre, algum intermédio, por exemplo: a doença e a saúde

acham-se naturalmente no corpo do animal, e, com toda a necessidade, uma ou outra pertencem ao corpo do animal, seja a doença, seja a saúde; o mesmo quanto ao ímpar e ao par, que são afirmados do número, e necessariamente um e outro pertencem ao número, seja o ímpar, seja o par. Ora, não há entre estes termos nenhum intermédio, nem entre a doença e a saúde, nem entre o ímpar e o par. Mas os contrários em que nem um nem outro pertencem necessariamente ao sujeito, há entre eles um intermédio. Por exemplo, o preto e o branco acham-se naturalmente em um corpo, mas não há necessidade nenhuma de que um ou outro pertençam ao corpo, pois nenhum corpo é obrigatoriamente branco ou preto; mais, o vil e o honesto são afirmados, já do homem, já de outros sujeitos, mas não é necessário que um ou outro pertençam aos seres dos quais são afirmados, pois nada é necessariamente vil ou honesto. Por isso, entre estes termos, há um intermédio, por exemplo, entre o branco e o preto há o cinzento e o amarelo e as outras cores, e entre o vil e o honesto, há o que nem é vil, nem é honesto.

Alguns dos intermédios têm nome próprio, por exemplo, entre o branco e o preto há o cinzento, o amarelo e todas as outras

cores. Noutros casos, pelo contrário, é difícil exprimir o intermédio por um nome, sendo a definição dele obtida pela negação dos extremos, por exemplo, o que não é bom, nem mau, o que não é nem justo, nem injusto.

Privação e possessão¹² giram em torno do mesmo sujeito, por exemplo, a visão e a cegueira dizem-se do olho. E, por via de regra, o sujeito em que a possessão naturalmente ocorre, é o mesmo acerca do qual ambos os opostos são afirmados. Dizemos que a privação é predicado de todo o sujeito apto à possessão, quanto esta possessão não está de algum modo presente na parte do sujeito a que pertence por natureza, e no tempo em que por natureza lá deveria estar. Não dizemos que alguém é desdentado, só pelo facto de não ter dentes, nem cego, pelo simples facto de não ter vista, mas dizemo-lo antes porque alguém não tem dentes, nem vista, quando por natureza os deveria possuir. Há seres que, à nascença, não têm vista, nem dentes, e nem por isso dizemos que, portanto, são cegos ou desdentados.

Estar privado, ou estar possesso, não é o mesmo que privação ou possessão. A possessão, por exemplo, é a visão e, a privação, a cegueira; mas ter visão não é a visão, nem estar cego é a cegueira. A cegueira é

uma certa privação, enquanto estar cego é estar privado, mas não é a privação. Além disso, se cegueira fosse idêntica a estar cego, os dois termos seriam afirmáveis do mesmo sujeito; ora, se dissermos que o homem está cego, não dizemos com isso que^{12b} o homem seja cegueira. É claro que estar privado de um estado e possuir um estado são opostos, do mesmo modo que o são entre eles os termos privação e possessão, pois que o modo de oposição é o mesmo. Com efeito, tal como a cegueira é um oposto da visão, também estar cego é um oposto de ter vista.

O que se subordina à negação e à afirmação¹³ não é em si mesmo a afirmação e a negação, pois a afirmação é uma proposição afirmativa, e a negação é uma proposição negativa, enquanto que os termos que se subordinam à afirmação e à negação não são proposições. Não obstante, dizemos que são opostos entre eles tal como a afirmação e a negação porque, também neste caso, o modo de oposição é idêntico. Assim como a afirmação é oposta à negação, como por exemplo, nas proposições «está sentado», «não está sentado», também são opostas as coisas que constam de ambas as proposições, por exemplo, este homem está sentado, e este homem não está sentado.

É evidente que a privação e a possessão não são opostos do mesmo modo em que os relativos o são, pois não se explicam por referência uma à outra. A vista não se diz da cegueira, nem usamos qualquer outra forma de asserção que ponha a vista em relação. Também a cegueira não é dizível cegueira da vista. É mais privação da visão do que cegueira da visão. Em contrapartida, todos os termos relativos são correlativos, de tal modo que, cegueira, supondo-a entre os relativos, seria correlativo disso com o que ela está em relação. Ora não há aqui correlação alguma, visto que não dizemos, da visão, que ela é visão da cegueira.

Além disso, os termos de possessão e de privação não são opostos no mesmo sentido em que o são os contrários, e eis a prova. Quanto aos contrários sem intermédio, é necessário que, no sujeito em que eles estão, ou do qual são afirmados, um deles esteja presente, pois, como já vimos, não há qualquer termo médio entre os contrários que, ou um ou outro, devam pertencer necessariamente ao sujeito que os recebe. Tal é o caso da doença e da saúde, do ímpar e do par. Quanto aos contrários que admitem um meio termo, não é necessário que um dos dois pertença ao sujeito; não é necessário,

deveras, que o sujeito que os recebe seja forçosamente branco ou preto, quente ou frio, uma vez que nada obsta a que, entre estes contrários, insiramos um termo médio. Comportam um intermédio os contrários que não pertencem necessariamente ao sujeito que os recebe, a menos que um deles pertença naturalmente ao sujeito, como, acerca do fogo, ser quente, e, acerca da neve, ser branca. Neste caso, é necessário que um único dos dois contrários pertença em definição ao sujeito, e não um ou outro indeterminadamente, uma vez não ser possível o fogo ser frio, nem a neve preta. A nenhum sujeito destinado a receber um ou outro dos contrários ele pertence necessariamente, a menos que hajamos em vista os sujeitos aos 13a quais apenas um contrário pertence, e que, então, jamais poderão receber mais do que um determinado contrário, nunca recebendo um ou outro indiscriminadamente.

Tratando-se da privação e da possessão, nada do que afirmámos é verdadeiro. Com efeito, o sujeito assumido como receptáculo não admite sempre e necessariamente um dos dois opostos, pois o que ainda não está potenciado a receber a vista, não se chama, nem cego, nem vidente. Resulta, daí, que tais determinações não fazem parte dos contrá-

rios para os quais não há meio termo. Mas também não pertencem aos contrários que admitem um meio termo, pois um deles deve, num dado momento, pertencer necessariamente ao sujeito assumido como receptáculo. Logo que um ser está apto a possuir vista, nessa altura será chamado, ou cego, ou vidente, e não apenas uma destas qualidades determinada, mas uma ou outra indeterminadamente, uma vez não ser necessário que seja cego ou vidente; o que é necessário é que haja um ou outro destes estados. Quanto aos contrários com intermédio, dissemos não ser necessário que um ou outro pertençam a um sujeito, mas somente que em certos sujeitos, um único dos dois contrários bem definido lhes pertença. Do precedente resulta que os possessivos e os privativos não são opostos uns aos outros, do mesmo modo que o são os contrários.

É também exacto dizer, quanto aos contrários, que, permanecendo o sujeito idêntico, pode haver mudança entre eles, a menos que só um deles não pertença ao sujeito por natureza, por exemplo, quanto ao fogo, ser quente. É possível, com efeito, que o sâo fique doente, que o branco se torne preto, e o frio, quente, e até é possível que o honesto se torne vil, e, o vil, honesto. O homem vil.

se proceder de um modo melhor por actos e palavras, poderá, mesmo que ligeiramente, progredir na senda do bem. E se esse homem melhora uma vez, mesmo que pouco, é evidente que poderá melhorar completamente, ou, pelo menos, realizar grandes melhorias, pois tendemos para a virtude, por pequeno que haja sido o progresso inicial. Daqui concluímos que realizará verosivelmente um progresso ainda maior e que este progresso, em constante aumento, fará com que o homem acabe por se fixar definitivamente no estado contrário, a menos que disso seja impedido por falta de tempo.

Quanto à possessão e à privação, a mudança recíproca é impossível, pois da possessão pode passar-se à privação, mas é impossível passar da privação para a possessão, uma vez que o homem que cegou não recuperou a visão, o calvo não devém cabeludo, e o desdentado não vê os dentes a crescer de novo, na sua boca. Passemos agora ao que se opõe enquanto afirmação e negação. É evidente que a oposição não se efectua segundo 13b nenhum dos modos mencionados, pois aqui ocorre, e só aqui, que um oposto deve por necessidade ser verdadeiro, enquanto o outro deve ser sempre falso. No caso dos contrários e dos relativos, dos possessivos e priva-

tivos, não é sempre necessário que um dos opostos seja verdadeiro e o outro falso, por exemplo, saúde e doença são contrários, mas nem um nem outro é verdadeiro nem falso. Se tomarmos os correlativos dobro e metade, opostos enquanto relativos, nem um nem outro é verdadeiro ou falso, e a mesma afirmação vale para tudo quanto depende de privação e da possessão, como a visão e a cegueira. Em síntese, a menos que as palavras sejam combinadas entre si, os termos verdadeiro e falso não são aplicáveis, e todos os opostos de que falámos são simples palavra sem composição.

Pareceria, não obstante, que um tal carácter se encontraria principalmente em contrários expressos sem combinação. «Sócrates está bom» é, com efeito, o contrário de «Sócrates está doente», mas até nestas expressões não é sempre necessário que uma delas seja verdadeira e a outra falsa. Se, sem dúvida, Sócrates existe, uma será verdadeira e outra falsa mas, se não existe, ambas serão falsas, pois nem a expressão «Sócrates está doente», nem a expressão «Sócrates está bom», são verdadeiras, se Sócrates não existir. Quanto à privação e à possessão, se o sujeito não existe, nem uma nem outra são verdadeiras; e se o sujeito existe, nem sempre acontece que

uma seja verdadeira e a outra falsa. Na verdade, a expressão «Sócrates vê» é oposta a «Sócrates é cego», enquanto possessão e privação; se Sócrates existe, não é necessário que uma destas expressões seja verdadeira e a outra falsa, pois, se Sócrates ainda não for naturalmente capaz de ver, ambas as proposições são falsas; e se Sócrates não existe, ambas as expressões são igualmente falsas, isto é, a de que vê e a de que é cego.

Voltando à afirmação e à negação: haja ou não haja sujeito, uma delas será de qualquer modo falsa e outra verdadeira. Por exemplo: Sócrates está doente e Sócrates não está doente. Se Sócrates existe, é claro que uma destas duas proposições é verdadeira, e outra falsa; e se não existe, o mesmo acontece, pois, se não existe, afirmar que ele está doente é falso, mas afirmar que ele não está doente é verdadeiro. Assim, os opostos, como a afirmação e a negação, têm como exclusiva propriedade a de serem, sempre, um verdadeiro e outro falso.

11

O contrário de bem é necessariamente mal, e esta norma prova-se por epagoge⁴, fundada em exemplos particulares: o con-

modo

trário de saúde é doença, de coragem, cobardeia, e assim por diante. Mas o contrário de um mal tanto é um bem como um mal. A carência, que é um mal, tem por contrário o excesso, que é um mal, e a moderação, que é um bem, é também contrário a um e a outro. Portanto, só num pequeno número de casos semelhante ocorrência se verifica; na maior parte dos casos, mal tem sempre, por contrário, bem.

Não se segue necessariamente, nos contrários, que um obrigue a haver outro: se toda a gente está de saúde, há saúde, e a doença não há, e ainda, se tudo é branco, há brancura, excluindo a pretidão. Se Sócrates está bom é contrário a Sócrates está doente, como não é possível que dois estados contrários estejam simultaneamente no mesmo sujeito, será impossível que, estando presente um destes contrários, o outro esteja também presente. Supondo que está realmente bom, «está doente» não é verdade.

É evidente que os contrários devem achar-se por natureza em um sujeito da mesma espécie ou do mesmo género. Com efeito, a doença e a saúde acham-se por natureza no corpo do animal, a brancura e a pretidão em um corpo, sem outra distinção, a justiça e a injustiça na alma humana.

É também necessário que os pares de contrários pertençam, em todos os casos, ou ao mesmo género, ou a géneros contrários, ou então, que eles mesmos sejam géneros. O branco e o preto são o mesmo género, a cor, que é o seu género; a justiça e a injustiça são géneros contrários, pois o género da primeira é a virtude, e o género da segunda, o vício; quanto ao bem e ao mal, não pertencem a um género, pois eles mesmos são géneros, com espécies subordinadas.

12

Há quatro modos de dizer anterior⁶.

Numa acepção primeira e fundamental é o tempo que nos leva a afirmar que algo é anterior a outro, por isso dizemos que uma coisa é mais velha do que outra, significando que o tempo ido é maior.

Em segundo lugar, é anterior o que não admite reciprocidade, e quando a ordem de ser entre duas coisas é fixa, por exemplo, o número um é anterior ao número dois, pois se há dois, segue-se que há um, enquanto, supondo que há um, não se segue necessariamente que haja dois. Assim, a presença

do número um não acarreta, por reciprocidade, a presença de outro número. Por consequência, a ordem da existência não é recíproca.

Em terceiro lugar, anterior diz-se por referência a uma certa ordem, como nas artes e no discurso. Com efeito, nas artes demonstrativas, há, segundo a ordem, anterior e posterior: os elementos são anteriores segundo a ordem, às proposições geométricas ou problemas,⁶⁶ e na gramática as letras são anteriores às sílabas. Também no discurso, o prólogo é anterior, segundo a ordem, à narração.
14b

Além das acepções mencionadas há uma outra: o melhor e mais estimável parece ser anterior por natureza. Em linguagem vulgar, dos homens que estimamos e que amamos mais, dizemos que estão antes dos outros. Esta acepção é sem dúvida a mais rara de todas as acepções de anterior.

Tais são por isso, pouco mais ou menos, os diferentes modos de anterior. Parece que, além das acepções de anterior já enumeradas, poderia haver uma outra. Com efeito, nas coisas que admitem a reciprocidade e a existência de uma denota, por qualquer razão, a existência de outra, essa outra que parece causa, pode considerar-se anterior por

natureza. Ora, é evidente haver exemplos deste tipo: a existência do homem implica necessariamente a verdade do juízo pelo qual se afirma essa existência. Se, com efeito, o homem existe, a proposição pela qual afirmamos que o homem existe é também verdadeira; e reciprocamente, se a proposição pela qual dizemos que o homem existe é verdadeira, o homem existe. Todavia, a proposição verdadeira não é de modo nenhum a causa da existência da coisa; pelo contrário, é a coisa que parece ser, de algum modo, a causa da verdade da proposição, pois é da existência da coisa, ou da sua inexistência, que dependem a verdade ou a falsidade da proposição.

Há, portanto, cinco modos de dizer que uma coisa é anterior a outra.

13

Simultâneo[”] diz-se, em acepção simples e fundamental, das coisas cuja geração teve lugar ao mesmo tempo, nenhuma delas sendo anterior nem posterior à outra. Simultaneidade é significada no tempo.

São simultâneos por natureza os recí-

procos na ordem de existência, sem que um seja de algum modo a causa do outro. Tal é o caso de dobro e de metade: estes termos são recíprocos, porque se há dobro há metade, e se há metade, há dobro, embora nenhum destes termos seja a causa de haver o outro.

As espécies que, provenientes da divisão do mesmo género, são opostas uma à outra, designam-se também simultâneas por natureza. Por opostos um ao outro na divisão entendo os termos opostos segundo a mesma divisão, por exemplo: alado é simultâneo em natureza ao pedestre e ao aquático. Estes termos são opostos na divisão, quando provém do mesmo género, pois o animal divide-se em espécies como alado, pedestre, e aquático, pois nenhuma delas é anterior ou posterior, antes são simultâneas por natureza. Cada uma das espécies, pedestre, alado e aquático, é divisível por sua vez em outras espécies: haverá portanto simultaneidade natural para as últimas espécies provenientes do mesmo género, segundo a mesma divisão.

Por outro lado, os géneros são sempre anteriores às espécies, por não haver reciprocidade do ponto de vista da diferenciação, por exemplo, se há aquático, há animal, mas se há animal, não há necessariamente aquá-

tico. Assim, chamamos simultaneidade natural àquela que inere aos termos com uma conotação de existência de outro; e também as espécies que se opõem uma à outra na divisão a partir do mesmo género. Enfim, são simultâneos, em acepção simples, os seres cuja geração ocorre ao mesmo tempo.

14

Há seis espécies de movimento: geração, corrupção, aumento, diminuição, alteração e mudança de lugar^{**}.

Com uma única excepção — a alteração — todos os movimentos são claramente diferentes uns dos outros: a geração não é corrupção, e o aumento e a mudança de lugar não são, nem diminuição, nem mudança de lugar, e assim por diante. Em contrapartida, quanto à alteração, põe-se o problema de saber se a alteração do que se altera não seria factível segundo um dos outros movimentos. De facto, é inexacto: quase todas as nossas afecções, ou pelo menos a sua grande parte, produzem em nós uma alteração que nada tem de comum com os demais movimentos, pois o que é movido por afecção não é necessa-

riamente aumentado nem diminuído, e o mesmo se aplica às outras variedades de movimento. Por isso, a alteração deveria ser distinta dos outros movimentos, pois, se houvesse identidade, seria necessário que o alterado fosse imediatamente aumentado ou diminuído, ou seguido de uma outra espécie de movimento; ora, de facto, tal não é necessário. A mesma norma vale para o que é aumentado ou movido por qualquer outro movimento: seria necessário que fosse alterado. Há coisas que aumentam sem alteração, por exemplo, o quadrado, se for aumentado de um gnomon¹⁹, aumenta sem ser alterado, e o mesmo sucede em figuras do mesmo tipo. A alteração e o aumento são duas espécies distintas de movimento. De um modo geral, a inércia é contrário do movimento, mas cada espécie de movimento tem o seu contrário particular: a geração tem por contrário a corrupção, o aumento a diminuição, e a mudança de lugar o repouso local. Neste último caso, a mudança que parece mais oposta, é a mudança em sentido contrário; assim, o movimento descendente tem por contrário o movimento ascendente, e o movimento para cima, o movimento para baixo. Quando ao restante movimento que, para além destes casos, falta examinar, é difícil

estabelecer um contrário. Mais parece não haver contrário, a menos que opunhamos aqui, como contrário, já o repouso qualitativo, já a mudança para a qualidade contrária, tal como a mudança de lugar tem por contrário o repouso local, seja a mudança para um lugar contrário. A alteração é também mudança de qualidade, de sorte que isso que se opõe ao movimento qualitativo, é tanto o repouso qualitativo, como o movimento para uma qualidade contrária, como, por exemplo, o tornar-se branco é contrário ao tornar-se preto. Há alteração quando se produz uma mudança no sentido das qualidades contrárias.

15

O verbo ter assume-se em diversas acepções.

É aplicado às acepções de estado e de disposição e de qualquer outra qualidade. Dizemos, por exemplo, ter uma ciência ou uma virtude. Ou ainda em acepção de quantidade: por exemplo, da estatura que alguém acha ter, pois se diz ter uma estatura de três côvados ou de quatro côvados. Ou como o que veste o corpo, como o manto ou a túnica. Ou como o que está

em uma parte do corpo, o anel no dedo. Ou mesmo ainda como uma parte do corpo: a mão, o pé. Ou como para uma vasilha: o alqueire contém trigo, e a jarra vinho, pois se diz que a jarra tem vinho, e o alqueire trigo. É ainda como a possessão: dizemos possuir uma casa ou um campo. Dizemos também de um homem que tem uma mulher, ou da mulher que tem um marido, mas a acepção presentemente enunciada do verbo ter parece ser mais rara, pois, ao dizermos ter uma mulher, não dizemos mais do que habitar com ela.

Talvez se pudesse evidenciar outras acepções do verbo ter, em todo o caso, as acepções enumeradas são, segundo julgo, as habituais³⁰.

NOTAS

¹ Ou equívocos, na tradição latina. Fonseca também lá aos ὀμοίωμα, homónimos, o qualificativo de múltiplos, os quais divide em equívocos por acaso e equívocos por intenção e razão. Cf. *Inst. Dial.*, I, 19.

² O substantivo ζῷο tanto significa o animal em si como a sua figuração, gráfica ou plástica.

³ Isto é: λόγος, a essência da coisa na mente.

⁴ Ou unívocos. Entenda-se συνάντησις, coisas com identidade de nome e de essência. Fonseca di-los como sendo os nomes que significam os seus significados absolutamente segundo a mesma razão — «omnino ratione sua significata significat». Cf. *Inst. Dial.*, I, 21.

⁵ Ou derivados, ou cognominados, ou denominativos. Entenda-se παράνυμα, nomes intermédios entre os homónimos e os sinónimos. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, I, 25.

⁶ Isto é πτῶσις, caso, flexão verbal. Cf. Aristóteles, *Poética*, 1457 a 19.

⁷ Entenda-se τὸ ὑποκείμενο, o sujeito, a sede dos contrários.

⁸ Definição de acidente, o que está presente e auente sem corrupção do sujeito, «accidens hoc modo sumptum, quod adest et abst sine subjecti corruptione». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 11.

⁹ Leia-se ψυχή, psiqué. Os latinos traduziram por *mīma*, alma.

¹⁰ Definição de substância individual, τὸδὲ τι.

¹¹ Porque são acidentes particulares.

¹² Género, γένος, espécie, εἶδος. O género é aquilo a que as espécies se subordinam, «qua genus id dicitur, cui subiiciuntur species». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 7.

¹³ Identificação e enumeração das categorias, ou predicados (gerais) do que é, noções irredutíveis. Todas as coisas que são agrupam-se em dez géneros, por Aristóteles nominados categorias, ou predicamentos, na tradução latina, *praedicamentum*, *praedicamenta*. Fonseca diz: «Predicamento é a disposição natural de algum género supremo real, e das coisas que estão sob ele». Cf. *Inst. Dial.*, II, 8.

¹⁴ Ou essência, *cūσία*. «Ens reale, per se existens», na acepção de Fonseca, *Inst. Dial.*, II, 10. É o primeiro predicamento, ou primeira categoria, das dez categorias aristotélicas.

¹⁵ Quantidade, *ποσότητα*, ente por si extenso, «ens per se extensum». Cf. Fonseca, *Inst. Dial.*, II, 11.

¹⁶ Qualidade, *ποιότητα*, *qualitas*, isso pelo qual as coisas se dizem tal ou tal.

¹⁷ Relação, *πρότοις τι*, *relatio*, isso pelo qual alguma coisa, pelo facto de ser, se refere a outra.

¹⁸ Onde, lugar, *ποῦ*, *ubi*, é estar contido num lugar, «ubi est loco contineri». Cf. *Inst. Dial.*, II, 15.

¹⁹ Quando, tempo, *πότε*, estar contido num tempo, momento.

²⁰ Estado, situação, *situs*, *καίσθαι*.

²¹ Hábito, acção permanente, *habitus*, *ἔκειν*.

²² Acção, *actio*, *ποιεῖν* acção transeunte, acto ou perfeição do agente, enquanto agente. Cf. *Inst. Dial.*, II, 14.

²³ Paixão, *πάσχειν*, *passio*, acto ou perfeição do paciente, enquanto paciente. Cf. *ibidem*.

²⁴ Substância primeira, *πρώτη οὐσία*. Alguns tradutores,

v. g. Silvestre Pinheiro Ferreira, traduzem substâncias primárias e substâncias secundárias.

²⁵ Convém notar que primeiro e segundo são numerais ordinais, e que primário e secundário são adjetivos, envolvendo acção, derivados dos verbos primar e secundar. É correcto dizer substância primeira e substância segunda, é menos correcto dizer substância primária e substância secundária.

²⁶ Espécie, *εἶδος*, diferente de *γένος*, género, como vimos na nota 12. A espécie subordina-se ao género, «speciem sumunt pro parte genere subjecto». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 8.

²⁷ Isto é, categorias.

²⁸ Tudo o que não é substância primeira.

²⁹ Ou é categoria.

³⁰ Ver notas n.^os 12 e 26.

³¹ Alusão à ínfima espécie, *ἄπομνη εἶδος*, espécie indivisível quanto ao género e quanto à diferença.

³² Primeira propriedade da substância, não está no sujeito, «non esse in subjecto», conforme ressalta da palavra. Cf. *Inst. Dial.*, II, 10.

³³ A substância segunda é *καθ' ὑποκειμένη*, ou seja, substância em si.

³⁴ Diferença, *διαφορά*, diáfora, diversidade do que, apesar disso, é da mesma natureza. «Differentia est diversitas eorum, quae alioqui sunt unius omnino rationes». Cf. Fonseca, *Isagoge*, cap. 9.

³⁵ Segunda propriedade da substância, a sinonímia. Cf. *Inst. Dial.*, II, 10.

³⁶ Isto é, como determinado, *τόδε τι*. Constitui a terceira propriedade da substância, que é a de não receber nem mais nem menos: «non suscipere magis, et minus, hoc est, quod non dicatur magis, aut minus talis». Cf. *Inst. Dial.*, II, 10.

³⁷ Quarta propriedade da substância, que é a de não ter contrário, distinção, ἀπλός, «non habere contrarium». Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

³⁸ Pouco e muito, pequeno e grande são relações, não são quantidades. Cf. atrás, 6, 5 b.

³⁹ Quinta propriedade da substância. Em Fonseca, *ob. cit.*, esta propriedade é considerada como a terceira.

⁴⁰ Tricot traduz «menos homem do que em si mesmo». Fonseca verte por «in alio tempore», em outro tempo. Seguimos Fonseca.

⁴¹ Sexta propriedade da substância, receptáculo de contrários, δεξικόν τῶν εχντιών. Fonseca, *ob. cit.*, considera-a a quarta.

⁴² Ποσός πασέτης. Fonseca traduz: «quantitas est ens per se extensum ut superficies tabulae, et binarius hominum», isto é, quantidade é um ente por si extenso, como a superfície de uma tábua, e um binário (par) de homens. Esta é a primeira quantidade, a quantidade por essência.

⁴³ Aristóteles refere-se à locução, ou seja, ao discurso oral, προφορικός.

⁴⁴ Melhor se leria lugar, o limite imóvel e imediato do continente. Cf. Aristóteles, *Física*, IV, 1-5.

⁴⁵ Identificação da quantidade por acidente, diferente da quantidade por essência.

⁴⁶ Primeira propriedade da quantidade: nada ter contrário a si mesma, «nil habere contrarium». Cf. *Inst. Dial.*, II, 11.

⁴⁷ Definição dos *quanta* (quantitativos) e dos *relata* (relativos). Pouco e muito, pequeno e grande são *relata*.

⁴⁸ Segunda propriedade da quantidade, «non suscipere magis, et minus», não ser passível de receber mais e menos. Cf. *Inst. Dial.*, II, 11.

⁴⁹ Terceira propriedade da quantidade. Segundo ela, as coisas dizem-se iguais ou desiguais. Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

⁵⁰ Este capítulo trata da relação, πρές τι.

⁵¹ Primeira propriedade da relação, segundo alguns exegetas. De facto, é uma propriedade aparente. Fonseca, *ob. cit.*, só considerou três propriedades, e omite, já esta, já a seguinte.

⁵² Segunda propriedade aparente da relação.

⁵³ Fonseca, *ob. cit.*, II, 13, define: comparação do igual ou da mesma apelação (= equiparação) e comparação do desigual (desequiparação).

⁵⁴ Primeira propriedade autêntica da relação, a correlatividade: «omnio relata dici ad ea, quae convertuntur, hoc est, ad ea quae vicissum ad ipsa dicuntur» — todas as coisas se dizem relativas às que com elas se convertem.

⁵⁵ Ala ou asa.

⁵⁶ Segunda propriedade autêntica da relação, ἡματη. Todo o relativo é simultâneo, na natureza, com aquilo a que se refere. Cf. Fonseca, *ob. cit.*, ibidem.

⁵⁷ O cognoscível, τὸ ἐπιστητόν, e o sensível, τὸ αἰσθητόν, são anteriores, respectivamente, ao conhecimento, sabedoria ou ciência, ἐπιστήμη, e à sensação, αἴσθησις, ou estesia.

⁵⁸ Terceira propriedade autêntica da relação: todo o relativo é de uma natureza tal que, se se conhecer, conhecer-se-á também aquilo a que se refere, e vice-versa. Esta propriedade garante o método da implicatividade.

⁵⁹ Ou correlativos.

⁶⁰ Qualidade, ποιέν. Na *Metafísica*, Δ, 14, Aristóteles distingue entre *qualitas*, ποιέτης, e *quale*, ποιέν, sendo este a qualidade particular e, aquela, a universal. Segundo

Fonseca, *ob. cit.*, II, 12, «*qualitas est, qua dicuntur res quales*».

⁶¹ Em traduções francesas, a categoria hábito é, não raro, traduzida por estado. Ora, a categoria em causa, variante da qualidade, é *έξειν*, acção permanente, e não situação ou estado, *καίσθαι*.

⁶² Ou aptidão.

⁶³ Leia-se δύνημις, dinâmica, anterior ao acto, *ἐνέργεια*.

⁶⁴ Psiqué, ψυχή, alma, mente.

⁶⁵ Em resumo, Aristóteles divide a qualidade em quatro espécies: hábito e disposição, potência natural e impotência, qualidade passível e paixão, e forma e figura.

⁶⁶ Figura, σχῆμα, e forma, μορφή, também dita *eídos*. Os três nomes são de algum modo sinónimos, diferindo de ὕλη, matéria. Os latinos distinguem entre forma e figura. Forma é a qualidade que resulta da quantidade considerada em qualquer coisa natural; figura é a qualidade que resulta da delimitação da quantidade, simplesmente e em si mesmo considerada. Dizemos, assim, forma do homem e figura do triângulo. Melhor dizendo: *eidos* é a forma, *morfē* é o contorno, a figura. Cf. *Inst. Dial.*, II, 12.

⁶⁷ Lugar dos exercícios físicos na Grécia, πλαιστρα. Na acepção actual que tem na língua portuguesa (palestra, discurso) o seu sinónimo era homilia, ἡμιλία.

⁶⁸ Primeira propriedade da qualidade, ter algo contrário. Cf. *Inst. Dial.*, II, 12.

⁶⁹ Segunda propriedade da qualidade, receber mais e menos, como se prova pelos graus em que declinamos os adjetivos: positivo ou afirmativo, comparativo e superlativo.

⁷⁰ Terceira propriedade da qualidade, por ela as coisas dizem-se semelhantes e dissemelhantes, conforme

têm uma só qualidade, ou qualidade diversa. Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

⁷¹ Actuar, agir, acção, τὸ ποιεῖν. «Actio est agentis, quatenus agens est, actus, seu perfectio». Cf. *Inst. Dial.*, II, 14.

⁷² Ser paciente, pati, passio, τὸ πασχεῖν. «Passio vero est actus, perfectione patientis, ut patientis». Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

⁷³ Fonseca, *ob. cit.* atribui com Aristóteles duas propriedades à acção e à paixão: ambas têm contrário, ambas recebem mais e menos.

⁷⁴ Isto é, situação, τὸ κείσθαι.

⁷⁵ Tempo, ou quando, ποτέ, lugar ou onde, πού, posse ou hábito, τὸ ἔκειν. Cf. *Inst. Dial.*, II, 15 e 16. Como Aristóteles, Fonseca não atribui especiais propriedades a estas categorias.

⁷⁶ Aqui termina o livro das *Categorias*, ou *Predicamentos*. Do cap. 10 em diante expõe-se o livro chamado *Post-Praedicamenta*, cuja autoria tem sido subtraída a Aristóteles, e onde se estudam as relações, constituindo como que um prólogo ao livro *Da Interpretação*.

⁷⁷ Oposto, ἀντικείμενα. Aristóteles diz, *Metafísica*, Δ, 10, que *oposto* se diz da contradição, dos contrários, dos relativos, da privação e da possessão, dos extremos, etc., sendo a base da antítese.

⁷⁸ Fonseca, *ob. cit.*, II, 17, estuda os opostos relativos, os opostos contrários, os opostos privativos e os opostos contraditórios.

⁷⁹ Logo, a oposição de mal e bem não é uma oposição de contrários; antes é uma oposição de privação e possessão, *per accidens*, por acidente.

⁸⁰ Opostos relativos são os que são alguma coisa ou ser dos opostos ou de algum outro modo se dizem em relação a eles. Cf. *Inst. Dial.*, II, 17.

⁸¹ Opostos contrários são as próprias coisas contrárias. Cf. *Inst. Dial.*, ibidem.

⁸² Privação, στέψης, e possessão, ἔξις. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, A, 22. Em Fonseca, *ob. cit.*, ibidem, os privativamente opostos são o hábito ou forma e a privação da forma.

⁸³ Cf. Fonseca, *ob. cit.*, ibidem.

⁸⁴ Isto é: indução, ἐπαγμή.

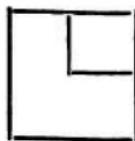
⁸⁵ Primeiro, anterior, πρότερον Cf. *Metafísica*, A, 11. Envolve o posterior, δεύτερον, que vem a seguir.

⁸⁶ Os elementos, στοιχεῖα, são anteriores às proposições geométricas, diagramas ou διαγράμματα.

⁸⁷ Isto é, ἀ. α. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, K, 12.

⁸⁸ Aristóteles distingue entre geração simples, γένεσις απλός, e geração secundum quid, γ. τις. Ambas constituem a mudança em geral, μεταβολή. A primeira é movimento da substância, a segunda refere-se à mudança de categorias como a quantidade ou a qualidade, etc., que entram no movimento chamado κίνησις. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, Z, 7.

⁸⁹ *Gnomon* é esta figura adjunta à figura do quadrado:



⁹⁰ Convém reflectir em que, na língua portuguesa, dispomos de um diferente leque de verbos, que permite maior grau de subtileza, v. g. *ter* e *haver*, *ser* e *estar*.

II

PERIÉRMENEIAS

Περὶ Ἐρμηνειῶν, *De Interpretatione*

I'

Em primeiro lugar cumpre definir o nome ^{16a} e o verbo; depois, a negação e a afirmação, a proposição e o juízo². As palavras faladas são símbolos das afecções de alma, e as palavras escritas são símbolos das palavras faladas. E como a escrita não é igual em toda a parte, também as palavras faladas não são as mesmas em toda a parte, ainda que as afecções de alma de que as palavras são signos primeiros, sejam idênticas, tal como são idênticas as coisas de que as afecções referidas são imagens. Este tema foi versado no meu livro *Da Alma*³, pois faz jus a diferente disciplina. E tal como na alma tanto há um conceito independente do verdadeiro e do falso, como um conceito a que necessariamente pertence um ou outro, o mesmo se diz da palavra,

pois é na composição e na divisão que o verdadeiro e o falso consistem⁴. Os nomes e os verbos em si mesmos são semelhantes à noção que não é, nem composição, nem divisão, como homem, branco, quando nada lhes juntamos, não sendo nem verdadeiros, nem falsos. Prova: hircocervo⁵ significa deveras uma coisa, mas não é verdadeiro nem falso, a menos que lhe juntemos que há ou não há, universalmente falando, ou relativamente a um certo tempo.

2

O nome é uma locução, que possui um significado convencional, sem referência ao tempo, e de que nenhuma parte tem significação própria quando tomada separadamente⁶. No nome *kállippos*⁷, com efeito, *íppos*⁸ não tem em si mesmo, e por isso mesmo, qualquer significado, como o tem na expressão *kalós íppos*⁹. O que ocorre nos nomes simples não ocorre nos nomes compostos: quanto aos primeiros, a parte não tem qualquer significado, enquanto que, nos últimos, ela contribui para o significado do todo, ainda que, considerada em separado, não haja significado, por exemplo: na palavra *épaktrokélēs*¹⁰, o nome *kélēs*¹¹ nada signi-

fica em si mesmo. Quanto à significação convencional, dissemos que nenhuma locução é por natureza um nome, mas só quando o nome se assume como símbolo¹², pois, mesmo quando sons inarticulados como os dos animais significam algo, nenhum deles é chamado nome. *Não — homem* não é um nome. Não temos, com efeito, qualquer nome para designar tal expressão, pois não constitui, nem uma afirmação, nem uma negação. Podemos admitir, quando muito, que é apenas um nome indefinido, pois se aplica paralelamente a não importa o que, ao que é, e ao que não é. De Fílon, para Fílon, e outras expressões deste tipo, não são nomes, são^{16b} casos¹³ de um nome. A definição destes casos é no demais idêntica à do nome, mas a diferença é a de que, combinações feitas com é, era, será, não formam proposições verdadeiras nem falsas, contrariamente ao que ocorre sempre com o nome. Por exemplo, é de Fílon, ou não é de Fílon, são expressões nem verdadeiras nem falsas.

3

O verbo¹⁴ é o que junta ao seu próprio significado o significado do tempo actual. Nenhuma das suas partes considerada sepa-

radamente significa seja o que for, e indica sempre algo que se predica de outro. Digo que ele significa, além do significado próprio, o tempo, por exemplo: saúde é um nome, mas está de boa saúde é um verbo, pois à sua própria significação acrescenta a actualidade desse estado. Por isso, o verbo é sempre o signo do que se afirma de outro, isto é, de coisas inerentes a um sujeito, ou contidas em um sujeito.

Uma expressão como está não-bem, ou está não-doente não é um verbo. Ainda que junte à sua significação a do tempo, e que pertença sempre a um sujeito, esta variedade não tem nome. Digamos ser, à falta de melhor, um verbo indefinido, pois se aplica indiscriminadamente ao ser e ao não-ser. As expressões estava bom, ou estará bom situam-se no mesmo grupo, não sendo um verbo, mas casos¹⁵ de um verbo. Difere do verbo porque o verbo junta à sua significação a do tempo presente, enquanto o caso de tempo indica todos os tempos que envolvem o tempo presente¹⁶.

Os verbos são em si mesmos nomes, e possuem uma significação determinada (pois, ao serem pronunciados, fixam o pensamento do ouvinte, o qual o tem em repouso), mas ainda não significam que algo é ou não é.

De facto, ser e não-ser não apresentam um significado relativo ao sujeito, e ainda mais o termo sendo¹⁷, se nos limitarmos a utilizar tais formas isoladas. Em si mesmas tais expressões nada são, mas juntam ao próprio significado uma certa síntese que dificilmente poderíamos conceber sem as expressões compostas.

4

A locução¹⁸ é um som oral com um significado convencional, em que cada parte, separadamente considerada, apresenta um significado como enunciação e não como afirmação ou negação. Pretendo dizer, por exemplo, que, a palavra homem significa algo, mas em si mesmo não afirma nem nega: só haverá afirmação ou negação se lhe juntarmos outro elemento. Todavia, cada uma das sílabas da palavra homem nada significa, como na palavra rato, a sílaba -to não é significativa, é apenas um som. Somente nas palavras compostas a sílaba é significativa, ainda que o não seja por si mesma, tal como já mostrámos atrás.

Toda a locução tem um significado, ainda que não orgânico¹⁹, mas, como afirmámos, por convenção. Por conseguinte, nenhuma

locução é uma enunciação, só o sendo a locução em que há verdade ou falsidade, o que não sucede em todos os casos²⁰. Assim, uma súplica é uma enunciação, mas não é, nem verdadeira, nem falsa. Deixemos de lado os outros tipos de locução, pois o seu exame pertence mais à Retórica e à Poética²¹. Por agora, tentemos considerar a enunciação²².

5

A primeira espécie de proposição simples é a catáfase, a segunda, é a apófase²³. Todas as demais constituem uma unidade apenas, mediante a conjunção ou ligação das partes.

Toda a proposição depende necessariamente de um verbo ou da flexão de um verbo, e, com efeito, a noção de homem, à qual não acrescentemos, nem é, nem era, nem será, nem nada deste género, ainda não constitui uma proposição. Nesse caso, por que motivo uma expressão como animal pedestre bípede é admissível como una e não múltipla? Não é decerto por essas palavras serem pronunciadas umas a seguir às outras que a expressão é una, mas este problema inere a outra disciplina²⁴.

É uma proposição que exprime, seja uma coisa, seja uma unidade de coisas resultante

da ligação das partes; são compostas as proposições que exprimem multiplicidade, e não um uno, ou em que as partes não estão ligadas. Dizemos que o nome e o verbo são simples fases²⁵, pois é evidente que ao exprimirmos alguma destas coisas não formamos uma proposição, e isso ocorre quando expressamos uma opinião, ou alguém nos propõe uma questão, à qual damos uma resposta espontânea.

Uma espécie destas proposições é simples, por exemplo: afirmar algo de um sujeito e negar algo de um sujeito. A outra espécie compreende as proposições formadas por proposições simples, é o caso, por exemplo, de um juízo já feito²⁶. A proposição simples é uma emissão de voz com um significado relativo à presença ou à ausência de um predicado em um sujeito, em conformidade com os tempos²⁷.

6

Catáfase é uma proposição de algo acerca de outro; apófase é a declaração de que algo está separado de outro. E como é possível afirmar o que pertence a uma coisa e o que não lhe pertence, o que não lhe pertence como pertencendo-lhe, e o que não lhe per-

tence como não lhe pertencendo, e isto se pode fazer por referência aos tempos que estão fora do presente, tudo o que se afirma é negável, e tudo o que se nega é afirmável. É portanto evidente que a toda a afirmação corresponde uma negação oposta, e a toda a negação corresponde uma afirmação. Chamamos antífase¹⁷ à oposição de uma afirmação e de uma negação. E entendo por oposta a proposição que enuncia o mesmo predicado do mesmo sujeito, mas numa acepção que não seja meramente homónima, sem prejuízo de outras exactidões deste tipo, que compilamos, para enfrentar as subtilezas dos sofistas.

7

Há coisas universais e coisas particulares¹⁸, e denomino universal isso cuja natureza é a de ser afirmada de vários sujeitos, e de particular o que não pode tal, por exemplo, homem é um termo universal, e Calias 17b um termo singular ou particular. Então é necessário que a proposição de que tal coisa pertence ou não pertence a um sujeito se aplique tanto ao universal como ao particular.

Se, por conseguinte, enunciarmos univer-

salmente de um universal, por um lado, que uma coisa lhe pertence; e, por outro lado, que não lhe pertence, teremos aí duas proposições contrárias. Ao dizer enunciar universalmente de um universal, entendo, por exemplo, formar proposições, tais como «todo o homem é branco», «nenhum homem é branco». Mas quando, tendo ainda por sujeito um universal, duas proposições não são universais, elas não são proposições contrárias, ainda que, por vezes, o significado seja contrário. Eis alguns exemplos de proposições acerca de universais, mas que não são de enunciado universal: o homem é branco, o homem não é branco. Homem é universal, mas a proposição não é enunciada de modo universal, pois o termo *todo* não exprime o universal, mas somente que o sujeito é assumido como universal. Ora, nenhuma das proposições acima contém o termo *todo* que, de resto, lhe pode conferir o carácter de universal, apesar de o sujeito não ser universal pelo facto de ser referido ao todo. Mas se ao predicado universal atribuímos o sujeito universal, a proposição não será verdadeira, pois não é verdadeira nenhuma afirmação em que o universal é atribuído ao predicado universal, como ocorre na proposição *todo o homem é todo animal*.

A oposição que denomo de contradição é a de uma afirmação que exprima um sujeito universal em universal acepção, a de uma negação que exprima o mesmo sujeito mas não na sua acepção universal. Por exemplo:

Todo o homem é branco	Algum homem não é branco
Nenhum homem é branco	Algum homem é branco

A oposição de contrariedade é a da afirmação de um sujeito universal à negação de um sujeito universal, por exemplo:

Todo o homem é branco	Nenhum homem é branco
Todo o homem é justo	Nenhum homem é justo

Vemos que estas últimas proposições³⁰ não podem ser simultaneamente verdadeiras, enquanto que as suas opostas podem eventualmente ser verdadeiras acerca do mesmo sujeito, por exemplo:

Algum homem não é branco	Algum homem é branco
-----------------------------	-------------------------

Em todos os pares de contraditórios sobre os universais assumidos universalmente um deles é portanto necessariamente verda-

deiro, e o outro necessariamente falso. É este também o caso dos que se referem ao singular, por exemplo, Sócrates é branco, Sócrates não é branco. Mas das proposições que, referentes ao universal, não são enunciadas universalmente, nunca se pode dizer que uma é verdadeira e outra falsa. Com efeito, é verdadeiro dizer simultaneamente que o homem é branco e que o homem não é branco, que o homem é belo e que o homem não é belo, pois se o homem é feio não é belo, e se ele devém algo, ainda não é esse algo.

À primeira vista pode pensar-se que isto é um absurdo, já que a proposição o homem não é branco parece significar que nenhum homem é branco, mas tais proposições não têm o mesmo significado, nem são necessária e simultaneamente verdadeiras e falsas.

É também óbvio que a uma afirmação singular só pode equivaler uma negação singular, pois é necessário que a negação negue o mesmo predicado afirmado pela afirmação, requerendo-se, ainda, que o sujeito ^{18a} seja em ambos os casos universal ou singular, e que o sujeito seja assumido ou não em toda a extensão, por exemplo: quando digo Sócrates é branco, Sócrates não é branco. Mas se negar outro predicado, ou se o predi-

cado sendo o mesmo, o sujeito é outro, estaremos então perante, não uma negação oposta, mas uma negação muito diferente. À proposição todo o homem é branco opõe-se a de que algum homem não é branco; a algum homem é branco, nenhum homem é branco; a o homem é branco, o homem não é branco³¹.

Demonstramos assim que, a uma afirmação singular só se opõe, em oposição contraditória, uma negação simples, e já indicámos alguns exemplos de proposições. Também acrescentámos que os contrários são outra espécie de proposições, e também explicámos quais são essas proposições. Por fim, definimos que dois contraditórios nem sempre são, um verdadeiro, e falso o outro; dissemos as razões, e explicámos as condições em que uma é falsa, se a outra for verdadeira.

8

Uma proposição é una ou singular quando afirma ou nega um predicado, e não mais, acerca de um sujeito, seja o sujeito universal ou não, e seja a proposição universal ou não. Por exemplo:

Todo o homem é
branco

Algum homem não
é branco

O homem é branco

Nenhum homem é
branco

O homem não é
branco

Algum homem é
branco

em que o adjectivo branco tem apenas um significado.

No entanto, se um nome tiver mais do que um significado, e for referido a duas coisas que não formam na realidade uma só coisa, a afirmação deixa de ser una, e também a negação deixa de ser una. Por exemplo, se referirmos a palavra hábito, ao mesmo tempo, a cavalo e a homem, a proposição «o hábito é branco» não é uma afirmação una, e nem a equivalente negação será una. Esta proposição, com efeito, nada difere da proposição «o homem e o cavalo são brancos», que, por sua vez, não difere destas duas proposições: o cavalo é branco, e o homem é branco. Se, por conseguinte, estas últimas duas exprimem várias coisas, quer dizer, são complexas, é também evidente que a primeira, ou significa várias coisas, ou nada significa, pois não há nenhum homem-cavalo. De onde resulta que, para esta espécie de proposições, duas contraditórias não são necessariamente verdadeira, uma, e necessariamente falsa, outra.

As afirmações e as negações acerca de coisas presentes ou pretéritas são necessariamente verdadeiras ou falsas, e as proposições contraditórias acerca de universais com sujeito universal, são também, e sempre, uma verdadeira e outra falsa. O mesmo é afirmável, como já dissemos, no caso dos sujeitos singulares. Pelo contrário, tratando-se de proposições de sujeito universal, mas que não são universais, esta necessidade não se verifica, e sobre este aspecto já demos a conveniente explicação.

No entanto, para as proposições singulares, cujo predicado se refere ao futuro, a solução é outra³. Se, na verdade, toda a afirmação ou toda a negação é verdadeira ou falsa, todo o predicado afirmado ou negado deve pertencer ou não ao sujeito. Por conseguinte, se alguém afirmar que algo será, enquanto outrem afirma algo não será, é evidentemente de toda a necessidade que um dos dois diga a verdade, pois toda a afirmação, ou toda a negação é, ou verdadeira, ou falsa³. A afirmação e a negação não podem ser simultaneamente verdadeiras em casos deste tipo, pois, se é verdade dizer que algo

é branco ou que algo não é branco, e também na recíproca, que algo é branco ou algo não é branco, a afirmação é tão verdadeira como a negação. Se não é branco, cometemos erro; e se cometemos erro, dizendo-o branco, esse algo não é branco, resulta que a afirmação ou a negação é necessariamente verdadeira ou falsa.

Sendo assim, nada é, nem será (seja por efeito do acaso³⁴, seja de modo indeterminado), algo que, no futuro, possa indiferentemente ser ou não ser, por contingência, mas tudo se realiza por necessidade, sem qualquer determinação. Com efeito, ou bem quem sustente que algo será, ou bem quem sustente o contrário, há-de falar com verdade desse caso. Isso pode exacta e igualmente ocorrer ou não ocorrer, se uma ou outra afirmação não for necessariamente verdadeira, porque a palavra contingente não é mais do que a indeterminação quanto ao presente e quanto ao futuro, sendo aquilo que pode suceder deste, ou daquele modo.

Além disso, se uma coisa agora é branca, então foi verdadeira a afirmação anterior de que ela seria branca, de modo que seria sempre verdadeiro dizer não importa de que coisa, que ela é ou ela será. Mas se em todo o tempo fosse verdadeiro afirmar que uma

coisa é ou será, não é no entanto possível que ela não seja, ou não venha a ser; ora, o que não pode ser é impossível que seja, e o que não pode ser é necessariamente. De onde resulta que todos os futuros se produzem necessariamente, por conseguinte, nada acontece por contingência, nem por indeterminação, pois onde há acaso não há necessidade.

Não é todavia possível pretender que nem a afirmação, nem a negação são verdadeiras, que não se possa dizer, por exemplo, que um tal evento se realizará, ou que não se realizará. Primeiro, porque, se a afirmação fosse falsa, a negação não seria verdadeira, e porque, por sua vez, se esta fosse falsa, a afirmação poderia não ser verdadeira. Em segundo lugar, suponhamos como verdadeiro o dizer que algo é ao mesmo tempo branco e grande. Estas duas qualidades devem pertencer necessariamente ao sujeito, tanto uma como a outra; e se for verdadeiro afirmar que elas lhes pertencerão amanhã, amanhã elas hão-de pertencer-lhe realmente. Mas como, de um acontecimento, admitimos que não podemos dizer que ele se realizará ou não realizará amanhã, a contingência desaparecerá. Se tomarmos, por exemplo, uma batalha naval, será necessário dizer que a

batalha naval ocorrerá e que a batalha naval não ocorrerá.

Tais são, por isso, com outros de análogo teor, os absurdos em que caímos, se admitirmos que, para toda a afirmação e para toda a negação, — quer se trate de proposições universais de sujeito universal, quer de proposições singulares — uma das opostas é necessariamente verdadeira e outra falsa, e que não há contingência no futuro, mas que, pelo contrário, todas as coisas ocorrem por efeito da necessidade. Em virtude deste juízo, não haveria necessidade de deliberar, nem de ter preocupações, na certeza de que, adoptada uma dada conduta, o resultado estaria determinado, e que se não adoptássemos essa conduta, o resultado não se atingiria. Nada impede que, com uma antecedência de dez mil anos, alguém prediga um evento, e que outrem prediga o contrário; o que necessariamente se realizará é uma das duas preibições, seja ela qual for, tornada verdadeira naquele momento. Pouco importa, aliás, que se haja feito uma afirmação ou uma negação, dado ser evidente que o real não é menos do que é, apesar da afirmação ou da negação de ser ou de poder ser, uma vez não ser a afirmação nem a negação que levará os acontecimentos à realização, mesmo que

anunciados com dez mil anos de antecedência, ou não importa com outra antecedência 19a qualquer. Daí resulta que, se uma das coisas se realizasse de tal modo que uma das proposições contraditórias fosse verdadeira, seria necessário que ela se tornasse real; e o conjunto dos acontecimentos processou-se sempre, por hipótese, de modo a acontecer necessariamente. Pois isso de que se disse com verdade que acontecerá, não pode deixar de acontecer; e do que aconteceu seria sempre verdadeiro dizer que aconteceria. Mas se estas consequências forem inadmissíveis (a experiência mostra-nos que os futuros têm por princípio a deliberação e a acção, e que, de um modo geral, as coisas que não estão sempre em acto possuem a potência de ser e de não ser, de modo indiferente) tais coisas tanto podem ser como não ser, e, pois, acontecer ou não acontecer. Temos numerosos exemplos à vista. Por exemplo, esta capa pode ser cortada em duas, mas também pode não ser cortada em duas; pode devir usada ou perder-se antes disso, e não pode ser cortada em duas; pois, a menos que este fosse o caso, a destruição prévia da capa não era possível. O mesmo é dizível de qualquer acontecimento ao qual se atribui análoga possibilidade; é por conseguinte evidente,

digo, que não é por necessidade que todas as coisas são ou serão. Há contingentes, e por isso, neste caso, a proposição afirmativa não é mais verdadeira do que a negativa, nem uma mais falsa do que outra, mesmo que a tendência num certo sentido seja mais forte e mais constante, ou que o acontecimento venha noutro sentido, que não aquele.

O que é deve ser necessariamente quando é³, e o que não é, não pode ser, quando não é, eis uma afirmação necessária. Mas tanto não significa que tudo o que é será por necessidade, e que tudo o que não é, não será necessariamente.

De facto, não significa o mesmo dizer que todo o ser, quando é, é necessariamente, e dizer, como afirmação absoluta, que o ser é necessariamente. O mesmo se afirma de tudo o que não é, e idêntica distinção é aplicável às proposições contraditórias. Quer dizer, toda a coisa necessariamente é ou não é, será ou não será, e no entanto, se olharmos estas duas alternativas em separado, não podemos dizer qual delas é necessária. Por exemplo: necessariamente amanhã haverá uma batalha naval, ou amanhã não haverá uma batalha naval; mas não é necessário que amanhã haja uma batalha naval, e também não é necessário que amanhã não haja batalha naval.

Mas que amanhã haja ou não haja uma batalha naval, eis o que é necessário. E assim como a verdade das proposições consiste na sua conformidade com os sujeitos, torna-se evidente que, se estes sujeitos se comportam de um modo indeterminado, e estão na posse de contrários, o mesmo se verificará com as proposições contraditórias correspondentes. Encontramo-nos exactamente do mesmo modo face às coisas que não são sempre, ou que não são em todo o tempo. É portanto necessário que uma das duas proposições contraditórias seja verdadeira e outra falsa, mas não é necessário que uma seja isto e outra aquilo. Não importa qual seja, e ainda que uma seja mais verosímil do que outra, ainda não é, por isso, e por enquanto, nem verdadeira, nem falsa. Por conseguinte, não é claramente necessário que, de duas proposições opostas entre si, como a afirmação e a negação, uma seja verdadeira e, a outra, falsa. Com efeito, não é ao modo dos actuais que se comportam os potenciais, ou que ainda não são em acto de ser ou de não ser, mas sim do modo que acabámos de explicar.

10^o

Uma proposição afirmativa é a que afirma que algo se conforma com algo, e o sujeito tanto é um nome, como algo não nominado, sendo necessário que, na afirmação, o predicado seja uno, e o sujeito a que o predicado se refere, seja uno. Já expliquei atrás³⁷ o que se entende por nome e por não-nome³⁸. Disse, com efeito, que o termo não-homem não é um nome propriamente dito, mas um nome indefinido, pois é algo de uno que o indefinido significa, também ele, em certo sentido. Do mesmo modo, a expressão não está de boa saúde não é um verbo propriamente dito, mas um verbo indefinido. Por conseguinte, as afirmações e as negações fazem-se a partir, já de um nome e de um verbo propriamente ditos, já de um nome e de um verbo indefinidos.

Sem verbo, não há nem afirmação, nem negação, porque os termos é, será, era, devém, e outros do mesmo tipo, são verbos em virtude da definição que demos de verbo, uma vez que à sua significação juntam a referência de tempo.

Por isso, a afirmação e a negação primeiras são, por exemplo, o homem é, o homem não é. As segundas são o não-homem é, o

não-homem não é; as terceiras são todo o homem é, e todo o homem não é, todo o não homem é, e todo o não homem não é. O mesmo razoamento aplica-se também aos casos dos tempos pretérito e futuro.

Quando há outros dois termos e o verbo ser na forma é se aplica como terceiro termo, o número de proposições opostas é duplicado. Digo, por exemplo, que, na proposição o homem é justo, o verbo é (chame-se nome ou verbo) constitui o terceiro elemento da afirmação. Por este motivo, teremos aqui quatro proposições, em que duas delas correspondem, na sua sequência, em referência à afirmação e à negação, a privações; as outras duas, não. Suponho que o verbo é se junta ao termo justo, ou ao termo não-justo, e por conseguinte teremos duas afirmativas, como teremos duas negativas se juntarmos o termo não é. Teremos então quatro proposições. A inteligência da exposição será facilitada pelo seguinte quadro exemplificativo:

O homem é justo

O homem não é
justo

O homem é não-justo

O homem não é
não-justo

Nestes diversos exemplos, vemos como é e não é serão juntos a justo e não justo.

Tal é a ordem na qual estas proposições estão dispostas, e que indicámos nos *Analíticos*³⁹.

Se utilizarmos os sujeitos em extensão universal, o modo de proceder é o mesmo. Assim:

Todo o homem é justo	Algum homem não é justo
Algum homem não é não-justo	Todo o homem é não-justo

Todavia, não é do mesmo modo que as proposições opostas no nosso quadro pela diagonal, podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, ainda que o possam ser em alguns casos.

Eis portanto os nossos dois pares de proposições opostas. Mas há ainda dois outros pares: é quando um terceiro termo é junto a não-homem, considerado como uma espécie de sujeito:

O não homem é justo	O não homem não é justo
O não homem não é não-justo	O não homem é não-justo

Não haverá, contudo, um número maior ^{20a} de proposições opostas, mas o último destes grupos permanecerá distinto dos precedentes,

visto que têm por sujeito o nome indefinido não-homem.

Nas proposições onde o verbo é não pode entrar (como quando dizemos tem saúde, passeia), o verbo produz o mesmo efeito, como se o verbo aplicado fosse é. Por exemplo, as seguintes proposições:

Todo o homem tem saúde	Todo o homem não tem saúde
Todo o não-homem tem saúde	Todo o não-homem não tem saúde

Em tais casos convém evitar dizer *não todo o homem*, pois a partícula negativa não dever ser junta a homem, dado que o termo todo não significa que o sujeito é universal, mas significa que o sujeito enquanto tal é assumido em toda a sua extensão. Tanto resulta evidente em proposições, tais como:

O homem tem saúde	O homem não tem saúde
O não-homem tem saúde	O não-homem não tem saúde

Estas proposições distinguem-se das anteriores, por serem indefinidas e não universais na forma. Por conseguinte, os termos todo e nenhum não significam mais do que um sujeito tomado em toda a sua extensão.

O resto da proposição permanece o mesmo, logo a adjunção a efectuar deve ser a mesma.

A negação contrária à proposição todo o animal é justo é a que se exprime: nenhum animal é justo. É evidente que estas duas proposições nunca serão ao mesmo tempo verdadeiras, nem aplicáveis a um único sujeito. Em contrapartida, as suas opostas serão por vezes verdadeiras ao mesmo tempo; este será o caso de, por exemplo,

Algum animal não é justo Algum animal é justo¹⁰

Eis agora como estas proposições se desenvolvem¹¹: da proposição todo o homem é não-justo segue-se a proposição nenhum homem é justo; da proposição algum homem é justo segue-se a oposta de algum homem não é não-justo, isto é, algum homem é não-justo, pois que há um homem justo conclui-se necessariamente. É também manifesto que, no respeitante às proposições de sujeito singular, se a uma dada questão responde uma proposição negativa verdadeira, uma proposição afirmativa será também verdadeira, por exemplo, na pergunta Sócrates é sábio? — Não, podemos dizer, Sócrates é não-sábio. Em contrapartida, no relativo aos sujeitos universais, nenhuma proposição afirmativa univer-

sal indefinida é verdadeira, antes o sendo uma proposição negativa. Por exemplo, se é que pode dizer-se: todo o homem é sábio? e a resposta for negativa, inferir daí que todo o homem é não-sábio, seria falso, enquanto a inferência logo nem todo o homem é sábio, é verdadeira. Esta última é a proposição oposta, e a precedente a contrária.

As expressões negativas de nome ou de verbo indefinidos, como não-homem ou não-justo, poderiam considerar-se como negações sem nome ou sem verbo, enquanto tais. De facto, elas não são tal, porque a negação é necessariamente verdadeira ou falsa; ora, limitarmo-nos a dizer não-homem sem nada lhe acrescentar, é dizer apenas o que diz a palavra homem, é mesmo achar-se mais, já na verdade, já no erro.

A proposição todo o não-homem é justo não é idêntica por sentido a nenhuma das precedentes proposições, nem sequer do seu contraditório, algum não-homem não é justo. Em contrapartida, a proposição todo o não-homem é não-justo significa o mesmo que nenhum não-homem não é justo.

20b A metástase¹² do sujeito e do verbo não envolve qualquer mudança no sentido da proposição, assim: o homem é branco, branco é o homem. Se, na verdade, não fosse assim,

haveria várias negações para uma simples afirmação, mas já demonstrámos que a uma só negação corresponde uma única afirmação, pois a proposição o homem é branco tem por negação o homem não é branco, e se a proposição branco é o homem não tivesse o mesmo significado que o homem é branco, ela teria por negativa, por exemplo, branco não é o não-homem, ou branco não é o homem. Mas a primeira é a negação da proposição branco é o não homem, e a segunda, a da proposição o homem é branco. Haveria então duas contraditórias para uma única proposição, pelo que se torna evidente que a transposição do nome e do verbo não afecta o sentido, nem da afirmação, nem da negação.

11

Afirmar ou negar um só predicado de vários sujeitos, ou vários predicados de um único sujeito, sem que o que se exprime por uma pluralidade de palavras seja deveras uno, não é, nem uma afirmação una, nem uma negação una.

Não chamo uno às coisas que, sendo designadas por uma única palavra, não possuem todavia uma unidade na sua compo-

sição, por exemplo, o homem é sem dúvida animal, bípede e doméstico, mas estas coisas unem-se entre si em algo de uno, formado por aquelas determinações, enquanto de branco, o homem, e passear, não se forma uma coisa una. Então, se, destes três termos, assumidos como sujeitos, afirmarmos um único predicado, não haverá real unidade de afirmação, mas unidade meramente verbal, sendo múltiplas as afirmações. Se de um só sujeito afirmar esses três termos, a título de predicados, também não haverá unidade de afirmação, mas as afirmações serão por igual múltiplas.

Se a interrogação dialéctica é a procura de uma resposta requerida, seja à proposição em si mesma, seja a um dos dois componentes da contradição (e a proposição será componente por si mesma de uma contradição) a resposta a dar não deve ser uma proposição una, porque a interrogação carece também ela de unidade, mesmo se a resposta for verdadeira. No livro dos *Tópicos*⁴³ dou explicações sobre este assunto.

Ao mesmo tempo, é evidente que uma interrogação acerca da natureza de uma coisa não é uma interrogação dialéctica, porque a interrogação deve permitir a liberdade de enunciação indiferente de um ou outro com-

ponente da contradição, por isso que é, antes de mais, necessário definir a coisa e perguntar em seguida se essa é ou não é a definição da coisa, por exemplo de homem.

Os predicados tanto podem ser composições de predicados distintos unidos para formar em tudo um único predicado, como, ao contrário, isso não se verificar. Como surge esta diferença? Primeiro, acerca do homem é igualmente verdadeiro enunciar em separado que é animal e que é homem, ou reunir estas determinações numa só. Homem e branco são também predicados reuníveis, enquanto com sapateiro remendão e bom não é lícito dizer bom-sapateiro-remendão. Admitir que a verdade de cada predicado separado obriga à de predicado composto, é caminho para muitos absurdos.

Acerca do homem é verdadeiro afirmar homem e branco, e pois é verdadeiro afirmar o predicado total^{21a}. Sendo assim, resulta que o composto terá branco e bem assim o predicado total, o que vem a dar homem branco-branco, e assim, até ao infinito^{21a}. Se tomarmos os nomes músico, branco e passeia, poderemos multiplicar as combinações destes predicados, de modo que, se é lícito dizer Sócrates é Sócrates e homem, também podemos dizer Sócrates homem, ou que, se Só-

crates é homem e bípede, é também homem bípede. Afirmar, portanto, de forma absoluta, que as combinações dos predicados são possíveis sem exceção, é evidentemente uma queda em múltiplos absurdos. Digamos, pois, qual o princípio que importa.

Os predicados e os termos de que podemos fazer uma afirmação, mas que são acidentais, já em relação ao sujeito, já em relação um ao outro, esses não podem ser combinados em unidade, por exemplo: o homem é músico e branco. Branco e músico não podem formar uma unidade, pois só por acidente ambos pertencem simultaneamente ao mesmo sujeito. E ainda que fosse verdadeira a afirmação de que o branco é músico, os termos músico e branco ainda não formariam uma coisa una, pois é por acidente que os termos branco e músico se combinam para formar uma unidade. Assim, é por isso que não podemos dizer, com absolutide, bom-sapateiro-remendão, enquanto é lícito dizer animal-bípede, porque, neste último caso, a predicação não ocorre por acidente. Também não podemos formar unidade com predicados em que um contenha ou implique o outro, por isso não podemos combinar repetidamente branco, nem dizer homem como

homem-animal ou homem-bípede, pois animal e bípede já estão contidos em homem.

Podemos, contudo, aplicar um predicado simples acerca de um caso singular, por exemplo, é lícito afirmar de um determinado homem que é homem, ou de um determinado homem branco que é homem branco. No entanto, nem sempre isto é possível, como, por exemplo, quando no termo adjunto se acha contido algum oposto, que importa contradição. Assim, não é verdadeiro, é mesmo falso, dizer que um homem morto é homem; mas se o termo adjunto não conter a contradição, a predicação será válida. Será que a presença de uma contradição no termo torna sempre a predicação incorrecta, enquanto que a sua ausência nem sempre a torna correcta? Vejamos a proposição Homero é isto, por exemplo, poeta. Segue-se ou não que há Homero? É só por acidente que o verbo é se afirma de Homero, e a afirmação é exprime apenas que Homero é poeta e não que Homero é, em absoluta acepção. Por isso, só nas predicações que não estão sujeitas a qualquer contradição, quando os nomes se substituem por definições, em que a predicação se faz por essência e não por acidente, é que temos o direito de afirmar um predicado de um sujeito singular

em acepção absoluta. Quanto ao não-ser não é verdadeiro dizer que é, já que é apenas um domínio da opinião, e a opinião acerca do não-ser não é a de que ele é, mas a de que o não-ser não é.

12

Uma vez feitas as distinções precedentes, importa analisar como se comportam entre elas as negações e as afirmações que exprimem o possível e o não possível, o contingente e o não contingente, o impossível e o necessário⁶. A questão apresenta algumas dificuldades⁷.

Admitimos que, entre as enunciações compostas, as que se opõem por serem contraditórias são as que se correspondem uma à outra pelo verbo é ou pelo verbo não é,
21b por exemplo: o homem é tem por negativa o homem não é, e não esta: o não-homem é; e o homem é branco tem por negativa o homem não é branco, e não o homem é não branco. Se assim não fosse, como a afirmação e a negação são verdadeiras quanto a todos os sujeitos, seguir-se-ia a licitude da afirmação que dissesse que o lenho é o homem não branco.

Sendo assim, também será para as pro-

posições em que o verbo é não vem adjunto e em que o verbo que o substitui assume a sua função, por exemplo, o homem passeia não terá por negação o não-homem passeia, mas o homem não passeia. Não há, de facto, nenhuma diferença entre dizer o homem passeia e o homem passeante.

Se a regra, portanto, vale em todos os casos, a enunciação é possível teria por negação é possível que não, e não é possível mas parece que a mesma coisa pode ser ou não ser indiferentemente: tudo o que pode ser cortado ou possa passear também pode de igual modo não ser cortado ou não passear, porque tudo o que assim é em potência nem sempre o é em acto, de sorte que a negação também lhe pertence, porque o que é capaz de passear é também capaz de não passear, e o que pode ver também pode não ver. Todavia, é impossível que duas proposições opostas sejam verdadeiras se ditas do mesmo sujeito, por exemplo: é possível que seja não tem por negativa é possível que não seja, de onde se infere, ou que não podemos afirmar e negar ao mesmo tempo o mesmo predicado do mesmo sujeito, ou que não é a adjunção dos verbos é e não é que contribui para formar as proposições afirmativas e negativas. Ora, se é exacto que a primeira consequência

é inadmissível, torna-se necessário adoptar a outra.

A negação de é possível que seja é: não é possível que seja. De modo semelhante dizemos na proposição é contingente que isso aconteça, que tem, por negação, não é contingente que isso aconteça. As outras proposições análogas sujeitam-se à mesma regra, quando se referem ao necessário e ao impossível. Isto passa-se como nas proposições já estudadas acima, em que os verbos é e não é estavam adjuntos nas proposições que tratavam, uma, do branco e, outra, do homem. O mesmo aqui: é possível e não é possível desempenham a função de sujeito, e as expressões é possível e é contingente são adjuntas e determinam, tal como acima, os verbos é e não é, no relativo ao verdadeiro e ao falso, a possibilidade ou não possibilidade de uma coisa.

É possível que não seja não tem por negativa não é possível que seja, mas não é possível que não seja, e a negação de é possível que seja não é possível que não seja, mas não é possível que seja. Parece, nesse caso, haver correlação entre as proposições é possível que seja e é possível que não seja. Com efeito, a mesma coisa implica ser e não ser, pois estas proposições não são contradí-

tórias entre si. Pelo contrário, as proposições é possível que seja e não é possível que seja não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo do mesmo sujeito, porque são opostas; também as proposições é possível que não seja e não é possível que não seja nunca são simultaneamente verdadeiras do mesmo sujeito.

De igual modo, é necessário que seja não tem por negativa é necessário que não seja, mas não é necessário que seja; a negação de é necessário que não seja é não é necessário que não seja. E assim, é impossível que seja não tem por negativa é impossível que não seja, mas não é impossível que seja; a negação de é impossível que não seja é não é impossível que não seja.

De um modo geral, como dissemos, as enunciações como que isto seja ou que isto não seja devem ser postas como matéria do discurso; quanto aos modos em causa que fazem a afirmação e a negação, temos de os juntar a essas afirmações ou negações, que seja e que não seja.

Os pares de proposições seguintes devem considerar-se proposições opostas contraditórias:

E possível
E contingente

Não é possível
Não é contingente

É impossível	Não é impossível
É necessário	Não é necessário
É verdadeiro	Não é verdadeiro

13

As consecuções efectuam-se de modo regular se dispusermos as proposições da forma a seguir. Da proposição é possível ser segue-se é contingente ser, proposição que é recíproca com a primeira, assim como não é impossível ser e não é necessário ser⁴. Da proposição é possível não ser ou é contingente não ser, seguem-se não é necessário não ser, e não é impossível não ser. Da proposição não é possível ser, ou não é contingente ser, segue-se é necessário não ser e é impossível ser. Enfim, da proposição não é possível não ser, ou não é contingente não ser, segue-se é necessário ser e é impossível não ser. Com a ajuda deste quadro, consideremos o exposto:

É possível ser	Não é possível ser
É contingente ser	Não é contingente ser
Não é impossível ser	É impossível ser
Não é necessário ser	É necessário não ser
É possível não ser	Não é possível não ser

E contingente não ser	Não é contingente não ser
Não é impossível não ser	E impossível não ser
Não é necessário não ser	E necessário ser

As proposições é impossível ser e não é impossível ser, são consecutivas ou implica-das nas proposições é possível, é contingente, e não é possível, não é contingente, de uma forma contraditória por inversão, pois à pro-posição é possível segue-se a negativa é im-possível, quer dizer, a negação de é impos-sível. É impossível, afirmativa, implica a ne-gação de é possível, ou, o que vem a dar no mesmo, de não possível.

Vejamos agora como se comporta o modo do necessário. Este caso é distinto, e as pro-posições contrárias serão consecutivas das contraditórias do possível e do contingente, enquanto que as contraditórias estarão sepa-radas uma da outra. Com efeito, a proposição não é necessário ser não é a negação da proposição é necessário não ser, pois estas ^{22b} duas proposições podem ser verdadeiras, uma e outra, do mesmo sujeito, pois quando é ne-cessário que uma coisa seja ela é necessa-riamente. A razão pela qual, dizemos, o ne-

cessário não segue as mesmas regras de consecução dos outros modos, é porque, ao utilizar-se com um sujeito contrário, predicar a impossibilidade é o mesmo que afirmar a necessidade. Isto é: supondo que para uma ou outra coisa é impossível ser logo é necessário, não que seja, mas que, pelo contrário, não seja. Supondo ainda que uma ou outra coisa não seja, ela deve necessariamente ser; assim, pois, se estas proposições que afirmam o impossível ou, na inversa, negam, se acham como consecutivas das que predicam a possibilidade ou a não possibilidade, as que predicam a necessidade seguir-se-ão àquelas com o sujeito contrário. As proposições é necessário e é impossível não têm significado idêntico, e unem-se ou relacionam-se, como dissemos, de modo inverso.

Não poderíamos postular também que é impossível que os contraditórios do necessário se comportem deste mesmo modo? Porque, quando é necessário que uma coisa seja, é também possível que ela seja, caso contrário teríamos a negação implícita, pois é preciso afirmar ou negar; se, portanto, não é possível, ela é impossível, e sendo assim é impossível que seja uma coisa que deve necessariamente ser, o que é absurdo. Ora, da proposição é possível segue-se, por conse-

quência, não é impossível, e desta última segue-se que não é necessário; de onde resulta que o que deve ser necessariamente não é necessariamente, o que é um absurdo. Além disso, da proposição é possível que seja não se segue, nem é necessário que seja, nem é necessário que não seja, porque desta proposição extrai-se uma dupla potencialidade, pois, se uma das duas mencionadas proposições fosse verdadeira, não teríamos então duas alternativas. Uma coisa pode ser e todavia não ser, mas se é necessário que seja, ela não pode simultaneamente ser e não ser. Fica-nos, assim, que só a proposição não é necessário que não seja se segue à proposição é possível que seja, ou é possível. Esta proposição é verdadeira também quanto à proposição é necessário que seja. Por outro lado, esta proposição é a contraditória da que se segue à proposição não pode ser, ou não é possível que seja, pois a esta última seguem-se é impossível que seja, e é necessário que não seja, proposição cuja negação é não é necessário que não seja. Assim, a consequência destes contraditórios faz-se, também ela, do modo já indicado, e nenhuma impossibilidade provém de uma disposição deste tipo.

Poderíamos interrogar-nos se, da propo-

sição é necessário que seja, se segue é possível que seja, caso contrário, dela segue-se a contraditória não é possível. E se pretendermos que tal não é a contraditória, teremos de admitir que ela é possível não ser. Ora, estas duas proposições são igualmente falsas, quanto aplicadas ao que é necessariamente, portanto, é evidente que uma coisa pode ser cortada, ou não cortada, ser ou não ser, de modo que daí resultaria que o que é necessariamente poderia não ser, o que é falso. Mas é manifesto que não é sempre verdadeiro que o que pode, ou ser, ou passear, seja também, em potência, os contrários, pois há casos em que isto não é verdadeiro. Antes de mais, temos a potência dos possíveis não racionais, por exemplo o fogo, que tem a capacidade de emitir calor, outra potência não racional. As potências racionais 23a são as que são em potência de vários efeitos, isto é, de contrários, enquanto as potências irracionais não se acham todas nesse caso. Como disse, o fogo não pode ao mesmo tempo emitir calor e não emitir calor, e o mesmo se diz de todas as outras coisas que estão em acto. Todavia, certas potências irracionais são também capazes de receber simultaneamente os contrários, mas quanto dissemos tem por mero propósito demons-

trar que nenhuma potência recebe os opositos, mesmo quando eles equivalem à mesma noção do possível. Por vezes, certas potências dizem-se sem acepção homónima; com efeito, possível é em si mesmo ambíguo, pois tanto exprime o real em acto, quando dizemos, por exemplo, que um homem pode passear porque passeia de facto, e, de um modo geral, algo é possível porque já se encontra em acto isso que se afirma ser possível; como possível exprime que a coisa poderia tornar-se acto, quando dizemos, por exemplo, que um homem pode passear, porque poderá passear. Esta última espécie de potência pertence apenas aos seres móveis, enquanto a primeira pode também predicar-se dos imóveis. Nos dois casos, tanto quanto ao homem que passeia e está em acto, como para o que tem apenas a potência, é verdadeiro dizer que não é impossível que ele passeie, enquanto não é verdadeiro afirmar uma tal possibilidade do necessário, mas podemos afirmá-la da outra espécie de necessidade. Conclusão: tal como o universal se segue do particular, o possível segue-se do necessário, embora a regra não envolva todo o possível.

Podemos dizer, fora de dúvida, que o necessário e o não-necessário são, para as coisas, o actual, o princípio de ser e de não

ser, e que tudo o mais deve ser considerado como derivado. O que acabámos de dizer mostra desde já com clareza que o que é necessariamente é em acto, por conseguinte, se os seres eternos têm anterioridade, o acto também deve ser anterior à potência. Certos seres são acto sem potência, por exemplo, as substâncias primeiras; outras estão em acto com a potência, e são anteriores por natureza, mas posteriores segundo o tempo; enfim, outros nunca estão em acto, sendo puras potências".

14

Põe-se agora a questão de saber se a afirmação tem o seu contrário na negação ou em outra afirmação, se a proposição que enuncia todo o homem é justo tem por contrário nenhum homem é justo, ou se todo o homem é justo tem por contrário todo o homem é injusto. Tomando como exemplos Calias é justo, Calias não é justo, Calias é injusto, é preciso indagar quais destas proposições são contrárias.

Supondo, como supomos, que os sons emitidos pela voz acompanham o que se passa na dianóia e que, na dianóia, é contrário o juízo que tem um predicado contrário como,

por exemplo, o juízo todo o homem é justo é contrário ao juízo todo o homem é injusto, deve necessariamente ocorrer o mesmo com as afirmações pronunciadas. Mas se na dia-nóia não for o juízo de predicado contrário que é contrário, também a afirmação não será contrária à afirmação, antes será a negação enunciada. Por conseguinte, é necessário examinar qual o juízo verdadeiro contrário ao juízo falso: é o juízo da negação, ou esse que enuncia afirmativamente o contrário?

Dou um exemplo: Temos aqui um juízo verdadeiro acerca do sujeito bom, enunciando que ele é bom; um outro, que é falso, enunciando que não é bom; um terceiro, enfim, distinto dos outros dois, que diz é^{23b} mau. Qual destes dois últimos juízos é contrário ao juízo verdadeiro? E como há um único contrário, segundo o qual destes dois juízos haverá contrariedade? Pensar que basta definir juízos contrários pelo facto de terem sujeitos contrários é um erro. Dizer do bom que ele é bom, ou dizer do mal que ele é mau, é sem dúvida enunciar um único e o mesmo juízo, e exprimir a verdade, pois, sejam um, ou sejam mais, são sempre verdadeiros, e portanto, aqui, os sujeitos são contrários. Agora bem, o que faz os juízos

contrários não é o referirem-se a sujeitos contrários, é o facto de se assumirem contrários face ao mesmo sujeito. Tomemos o juízo de que o bom é bom, e outro, de que o bom não é bom; admitamos também haver outro predicado que não pertence, nem pode pertencer, a bom. Nestas condições, não deveremos propor, como contrários ao juízo verdadeiro, nem os juízos que atribuem ao sujeito o que não lhe pertence, nem os que recusam atribuir-lhe o que lhe pertence (com efeito, em ambos os casos, os juízos serão em número infinito, já os que atribuem ao sujeito o que não lhe pertence, já os que não lhe atribuem o que lhe pertence). Ora, serão somente contrários os juízos em que há erro. Tais juízos têm por origem coisas sujeitas à geração, e geração significa passagem ou transição de um extremo a outro, por isso dizemos que o erro⁵⁰ é como uma transição.

Sendo assim, o bom é ao mesmo tempo bom e não mau; a primeira destas qualidades pertence-lhe por essência, e a segunda, por acidente, pois só por acidente o bom é mau. Mas se o juízo verdadeiro é mais verdadeiro quando se refere à essência do sujeito, o juízo falso é por isso mais falso. O juízo bom não é bom é um juízo falso rela-

tivo ao que pertence por essência ao bom, enquanto o juízo o bom é mau se refere ao que pertence ao bom por acidente. Daí resulta que o juízo enunciador da negação de bom será mais falso do que o que enuncia o contrário de bom. E o erro máximo consiste, em vista de qualquer sujeito, em formular o juízo contrário à verdade, porque os contrários são o que há de mais diferente ao mesmo género. Se, portanto, dos dois juízos um é contrário ao verdadeiro, e se o que exprime a negação é mais contrário, torna-se evidente que este último será o verdadeiro contrário. Quanto ao juízo o bom é mau, é uma simples combinação de juízos, pois é necessário subentender sempre que o bom não é bom.

Por outro lado, se é verdade que, mesmo em outros casos, as coisas só podem comportar-se de modo análogo a este, então, no caso vertente, a exactidão do que dissemos pode parecer garantida, pois, ou a contrariedade reside sempre na negação, ou não reside em parte alguma. Ora, para os termos sem contrários, o juízo falso é o contrário ao verdadeiro, por exemplo, julgar que o homem não é homem é formular um falso juízo. Se estas negações forem contrárias, as demais negações sé-lo-ão também.

Dizer que o bom é bom é um juízo paralelo do que diz o não bom não é bom; e julgar que o bom não é bom, é julgar também que o não bom é bom. Se tomarmos o juízo o não bom não é bom (juízo verdadeiro), qual será o contrário? Não é de certeza o juízo o não bom é mau, pois este poderia ser verdadeiro, quando um juízo verdadeiro não pode ser contrário a um juízo verdadeiro; e, com efeito, como pode suceder que algo que não é bom seja mau, resulta daí que os dois juízos podem ser simultaneamente verdadeiros. Também não é o juízo o não bom não é mau, visto que este poderia, também ele, ser verdadeiro, pois estas qualidades podem estar presentes a um tempo. Res-

^{24a} ta-nos que o juízo o não bom não é bom tem por contrário o não bom é bom, que, de facto, é um juízo falso. Pelo mesmo modo concluímos que o juízo o bom não é bom é o contrário do juízo o bom é bom.

Não haverá nenhuma diferença manifesta, mesmo se fizermos a afirmação universal, só que, então, o contrário será a universal negativa. Por exemplo, o juízo que se enuncia tudo o que é bom é bom terá por contrário o juízo nada do que é bom é bom. O juízo o bom é bom, se bom for assumido universalmente, é idêntico ao juízo que ex-

prima que o que é bom é bom, e este não difere em nada do juízo que diz tudo o que é bom é bom. O mesmo se afirma dos juízos acerca do não-bom.

Se, pois, tudo se passa deste modo no 24b juízo, e se as afirmações e as negações proferidas pela voz são símbolos das que estão na mente, conclui-se que a afirmação tem por contrário a negação acerca do mesmo sujeito universal. Assim, as proposições tudo o que é bom é bom ou todo o homem é bom têm por contrários nada do que é bom é bom, ou nenhum bom é bom, ou nenhum homem é bom.

É evidente que nem um juízo verdadeiro, nem uma proposição verdadeira, podem ser contrários de outro juízo verdadeiro e de outra proposição verdadeira. As proposições contrárias são as que afirmam e predicam qualidades contrárias, enquanto as proposições verdadeiras são susceptíveis de ser verdadeiras ao mesmo tempo: ora, os contrários não podem pertencer simultaneamente ao mesmo sujeito.

NOTAS

¹ Este livro versa sobre as proposições e os juízos, em síntese, sobre a λέξις, dicção, ou elocução.

² Nome, ὄνομα; Verbo, ἔργον; Negação, ἀπόρρησις; Afirmação, ὁρίσις; Proposição, πράττεσις; Juízo, κρίσις. Nesta acepção, de *crise*, distingue-se do conceito mais geral de *lógos*.

³ Provavelmente no *De Anima*, III, 6.

⁴ Cf. Aristóteles, *Metafísica*, E, 4 e 9, 10.

⁵ Quimera, κιμωλφα, signo zoológico, misto de bode e de veado.

⁶ «Nome é a voz que significa por convenção, definidamente e sem tempo, da qual nenhuma parte em separado significa, e a qual, juntando-se-lhe é ou não é, faz uma oração que significa o verdadeiro ou o falso». Cf. Fonseca, *Inst. Dial.*, I, 12. Os pronomes estão excluídos dos nomes.

⁷ Cavalo formoso, καλύππος.

⁸ Cavalo, ἵππος.

⁹ Um cavalo formoso, καλός ἵππος.

¹⁰ Barco-pirata, ἑπακτηρικήης.

¹¹ Barco, κέλης.

¹² «Os nomes que residem na voz são sinais dos que

estão na mente; e os escritos são-no daqueles que residem na voz». Cf. *Inst. Dial.*, I, 7, e o desenvolvimento em *ob. cit.*, I, 13.

¹³ Ou flexões verbais, πτῶσις, casos das declinações.

¹⁴ Verbo, φῆμα, nome próprio das categorias da acção e da paixão. Cf. Aristóteles, *Poética*, 20, 1457 a. Segundo Fonseca, «vox significans et instituto, definite ac cum tempore praesenti, cuius nulla pars significat separativim, et semper eorum, quae de alio praedicantur», ou seja — verbo é uma voz que significa por convenção, definidamente e com tempo no presente, da qual nenhuma parte significa em separado, e é sempre nota daquelas coisas que se predicam de outro». Cf. *Inst. Dial.*, I, 14.

¹⁵ Leia-se: tempos e modos.

¹⁶ Isto é: pretérito e futuro, que estão fora do presente.

¹⁷ Ou estando. Em grego não se distingue ser e estar, já que o verbo é traduzível indiferentemente por ser e estar. Em língua portuguesa, o uso distinto de um verbo ou de outro permite afirmar e negar em graus mui diferentes, por ex.: ser alto e estar alto, ou ser doente e estar doente.

¹⁸ Neste lugar, λόγος, em acepção vaga, mas palavra do pensamento, locução, enunciação, proposição. «Oratio est vox ex instituto significans». Cf. *Inst. Dial.*, III, 1.

¹⁹ Aristóteles distingue entre natural, orgânico, οὐγγρεῖον, e artificial ou convencional, κάτα συθήκην.

²⁰ «A enunciação é uma oração que significa o verdadeiro ou o falso, e ser predicado é ser afirmado ou negado acerca de algo». Cf. *Inst. Dial.*, I, 14.

²¹ Cf. *Poética*, 19, 1456 b, 11.

²² Ou proposição, apófase, ἀποφασίς, ou λόγος αποφαντικός,

lógos apofantikós. É a oração perfeita que significa o verdadeiro, ou o falso. Cf. *Inst. Dial.*, III, 3.

²³ Proposição afirmativa, *κατέρχοσις*; proposição negativa, *ἀπόρχοσις*.

²⁴ Problema da definição. Cf. Aristóteles, *Metafísica*, Δ, 6. Aí, diz que o Uno o é, ou por acidente, ou por essência, e dá os demonstrativos exemplos.

²⁵ Ou enunciações, *ῥάσις*.

²⁶ Ou pré-juízo.

²⁷ Que são: o presente, o pretérito e o futuro.

²⁸ Ou contradição, *ἀντίστασις*. Nesta passagem sobre a oposição, Aristóteles implica a oposição contraditória, *ἀντίκεισθαι αντιφατικής*, a contrariedade, *ἐναντίωσις*; a oposição de contrários, *ἀντίκεισθαι ἐναντίων*. Cf. *Inst. Dial.*, III, 6.

²⁹ Universal, ou católico, *καθόλου*; e particular, ou *παθέκαστου*. Universal é o que, sendo algo de uno, é apto por sua natureza para existir em vários — «verum universale simpliciter, et absolute, ac minime singulare, id solum esse definitur, quod cum sit unum quid, aptum natura sua ut sit in pluribus». Particular é qualquer uno que se pode subordinar a algum universal — «est enim particulare unum quippiam quod universalis alicui subiici potest». Cf. Fonseca, *Isagoge*, caps. I e 3.

³⁰ As proposições contrárias.

³¹ Aristóteles identifica três tipos de proposições universais, quanto à oposição: universal afirmativa em acepção universal, universal afirmativa em acepção particular, e universal afirmativa em acepção indefinida.

³² Exposição sobre os futuros contingentes.

³³ Enunciação contingente. «É a que, não sendo necessária, pode, todavia, ser verdadeira, ou a que pode ser, quer verdadeira, quer falsa». Cf. *Inst. Dial.*, III, 5.

³⁴ Ou por efeito da fortuna. ἀπότερος ἔτυχεν. Este conceito difere de azar, destino, αὐτοματον.

³⁵ Distinção entre o necessário *simpliciter*, απλικά, e o necessário por hipótese, ἐξυποθέσεως. A enunciação da matéria necessária é aquela cujo predicado não pode deixar de convir ao sujeito; a enunciação de matéria contingente é aquela cujo predicado pode convir, ou ao não convir, ao sujeito. Cf. *Inst. Dial.*, III, 5.

³⁶ Exposição sobre as proposições ditas *de secundo adjacente* e de *tertio adjacente*.

³⁷ Cf. infra, cap. 2, 16 a.

³⁸ Isto é, por definido e por indefinido.

³⁹ *Analíticos Anteriores*, I, 46, 51 b.

⁴⁰ A oposição é contrária se as enunciações opostas forem universais, e subcontrárias, se forem particulares. Este exemplo é de uma oposição subcontrária. Cf. *Inst. Dial.*, III, 6.

⁴¹ Exposição sobre a equipolência e equivalência das enunciações. «Dizem-se equipolentes e equivalentes, as enunciações absolutas que constam do mesmo sujeito e do mesmo predicado, as quais diferem por uma só ou duas negações, mas valem o mesmo e se inferem uma da outra». Cf. *Inst. Dial.*, III, 7.

⁴² Isto é, transposição. Cf. *Inst. Dial.*, III, 8.

⁴³ *Tópicos*, VIII, 7.

⁴⁴ Isto é, homem branco.

⁴⁵ Ou tautologia, ou truismo.

⁴⁶ Possível, τὸ δυνατόν; não-possível, τὸ μὴ δυνατόν; contingente, τὸ ἐνοεχόμενον; não-contingente, τὸ μὴ ενοεχόμενον; impossível, τὸ ἀδυνατόν; necessário, τὸ ἀναγκαῖον.

⁴⁷ Todo este capítulo versa sobre a oposição das proposições ou enunciações modais, a *crux logicorum*, como soe dizer-se. A este tema dedica Fonseca, *ob. cit.*, vários capítulos, onde divide as enunciações modais em:

de necessário, de contingente, de possível e de impossível.

⁴⁸ Por serem proposições equipolentes ou equivalentes: se é possível, é contingente.

⁴⁹ Hierarquia ôntica: 1.º, actos puros ou substâncias primeiras; 2.º, acto com potência; 3.º, puras potências.

⁵⁰ Erro, *ἀπάτη*, decepção.

Í N D I C E

	<i>Pág.</i>
PREFACIO	9
A vida de Aristóteles, segundo Diogénes Laércio	19
ORGANON	
I. Categorias	43
I. Periérmeneias	121